

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE NOVEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.965

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1965
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 089ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 18/11/2008.....2

Atos da Mesa

Ata da Presidência DI.....11

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....11
Atas das Comissões
Permanentes12
Aviso de Resultado.....12
Extratos12
Ofício.....16
Projeto de Lei16

PLENÁRIO

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Refere-se à homenagem que recebeu em Caçador e ao livro *Mulheres Pioneiras de Caçador*; aborda campanha de combate à dengue.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Aborda o PL n. 0040/2008, que trata do reajuste das viúvas dos ex-governadores.
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Tece comentários acerca do Código Ambiental.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a visita ao Parlamento do ministro Edson Santos, do empresário Wilson Loos e do juiz de Direito Nelson Leiria.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a presença de lideranças de Trombudo Central; aborda portaria do Detran; reporta-se aos bancos de sangue de cordão umbilical; elogia a atuação do ministro Temporão.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Ilton Pedro Vogt, de Iporã do Oeste.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao projeto que trata da pensão das viúvas de ex-governadores; aborda o não-cumprimento da Lei n. 254.
DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica portaria do Detran; registra reunião na comissão de Segurança sobre concessão de alvarás.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (parte) - Comenta portaria do Detran.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (parte) - Refere-se à concessão de alvarás.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Sirineu Ratochinski, de Monte Castelo e do vereador Wagner Garcia, de Santo Amaro da Imperatriz.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Saúda o prefeito Silvio Venturi, de Trombudo Central; comenta o fórum permanente para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico do estado de Santa Catarina; refere-se ao consórcio da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Comenta a campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Aborda acordo de cooperação técnica entre a Celesc e a empresa de energia de Xangai e sua visita a Dubai; comenta a realização do WTC em Santa Catarina; refere-se à reformulação do Aeroporto Hercílio Luz.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (parte) - Reporta-se à reformulação do Aeroporto Hercílio Luz.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra sua participação no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Professores.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Joinville.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença de lideranças de Trombudo Central; aborda requerimento, de sua autoria, que solicita a reabertura do ensino médio na Escola Jorge Zipperer, em Rio Negrinho; comenta o Código Ambiental.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (parte) - Reporta-se ao Código Ambiental.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta reunião com o secretário de Articulação sobre a Lei n. 254.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à audiência pública para avaliação do desempenho do SUS em Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Sombrio e de São João Batista.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da mesa, sra. deputada Ada De Luca, demais srs. deputados, sras. taquígrafas, representantes da imprensa falada, escrita, televisada.

Quero cumprimentar de uma maneira muito especial os nossos telespectadores que estão atentos e acompanhando os trabalhos deste Parlamento.

Sra. presidente e srs. deputados, estive matando a saudade, deputada Ada De Luca, do município de Caçador, onde lecionei por 17 anos. Lá pude receber uma homenagem muito comovente, deputado Elizeu Mattos, através da qual estarei inserida na história de Caçador.

A autora do livro, Scheila Maria Soares Marins, fez um trabalho belíssimo em sua obra: *Mulheres Pioneiras de Caçador*.

Contamos aqui com a presença também da primeira delegada do município de Caçador, diga-se de passagem, minha amiga, deputado Pedro Uczai, a dra. Sandra Mara Pereira, uma jovem delegada que faz parte também da história.

Neste livro temos desde a primeira pipoqueira do município, a primeira médica, a primeira professora, a primeira diretora, a primeira parteira, enfim as pessoas que se destacaram.

Aqui está a minha foto toda sorridente, toda feliz e vendendo saúde, graças a Deus! Aqui está todo o meu currículo, todo o meu trabalho.

Para fazer parte dessa obra magnífica sobre aquele município - e quando cheguei lá estava em busca de novos alunos, novos colegas -, desenvolvi um trabalho magnífico numa das maiores escolas do município de Caçador.

A primeira escola que lecionei foi o Colégio Estadual Irmão Léo. Depois fui lecionar na Escola Básica Dr. João Santo Damo, no Km 4. Também trabalhei na Escola Básica Henrique Júlio Berger, uma escola municipal com um ensino de muita qualidade, e no Colégio Aparecida, extensão da Universidade do Contestado. Também lecionei no maior colégio estadual, onde éramos 80 professores, cada um com as suas diferenças, e ali desenvolvemos um belíssimo trabalho.

Ao passar pelo Colégio Estadual Paulo Schieffler pude ver que as construções já estão quase concluídas, e estarei presente no dia da inauguração daquela escola.

Esta deputada recebeu a homenagem porque, segundo salientou a autora do livro, foi feita uma pesquisa para saber quais as pessoas que iriam fazer parte dessa obra. E o nome desta humilde deputada foi citado. Inclusive consta a foto da autora, Scheila Maria Soares Marins, no livro. É uma foto de quando era mais jovem, mas ela não perdeu a sua beleza, o seu potencial, a sua vida, a sua garra e a sua valentia, porque para fazer uma

obra dessas é preciso ter muita coragem, e só os corajosos vencem, aqueles que enfrentam tudo, barreiras, preconceitos, críticas, aqueles que não se curvam para as críticas maléficas, que não se curvam para o perigo, que não se curvam para nada.

Por isso, vejo a autora deste livro como uma mulher vencedora.

Mas quero ainda falar de outra matéria, hoje, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, com relação não só a minha região, mas a todas as regiões, porque nós, deputados, representamos todas as regiões. Nós somos deputados estaduais e legislamos para os 293 municípios. Temos livre acesso em todos os municípios, graças a Deus, porque quando fazemos leis, sr. presidente, nós fazemos em prol dos 293 municípios.

Estive lendo uma matéria importante que fala sobre dengue e traz informações. Achei muito importante essa matéria, quando fala que o calor e as pancadas de chuva criam condições ideais para a reprodução, em águas paradas, do mosquito transmissor da dengue, embora não exista qualquer registro de pessoas que tenham sido contaminadas em Santa Catarina.

Conforme a matéria, tudo indica que em algumas regiões do país a dengue retornará com força, com uma única força. Ao contrário do que ocorreu em Santa Catarina, nelas não houve preocupação maior com a presença do mosquito transmissor da dengue. Vale destacar uma iniciativa exemplar colocada na matéria.

Assim, srs. deputados, gostaria que v.exas. ouvissem um pouquinho.

Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A diretoria de Vigilância Sanitária, em parceria com o Conselho Regional de Farmácia, irá distribuir em todo o território estadual, cartazes e folhetos para levar à população o máximo de informação sobre o mal, como preveni-lo e como combatê-lo." [sic]

Agora quero dizer a v.exas. que isso, aqui, foi sugestão na audiência pública realizada neste Parlamento. A comissão de Saúde, através do seu presidente, o deputado Genésio Goulart, abriu-nos esse espaço e esta deputada foi proponente de uma audiência pública onde conseguimos reunir várias entidades, a secretária de estado da Saúde, a Vigilância Sanitária. Conseguimos trazer aqui também um representante do Ministério Público, e nós sugerimos que a população deveria tomar conhecimento da questão. E sugerimos que fosse entregue à população alguns folhetos, cartilhas e etc.

Então, hoje, a população está tendo os seus esclarecimentos. Isso é fruto do nosso trabalho, do trabalho deste Parlamento.

Voltarei a me manifestar, deputado Pedro Baldissera, em outra oportunidade.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, dentre vários assuntos, quero trazer presente na tarde de hoje um deles fazendo referência a um projeto de lei encaminhado a esta Casa pelo Executivo, que trata do reajuste, se assim podemos dizer, pequeno reajuste, às viúvas dos ex-governadores. O Projeto de Lei n. 0040/2008 entrou nesta Casa recentemente, se não estou enganado, no dia 11 de novembro, e veio em regime de prioridade. Isto é, na verdade, nós vamos ter que apreciar esta matéria ainda este ano.

Eu fazia busca da justificativa desse projeto de lei, e de um lado fico até sensibilizado pela justificativa, e o mais interessante é que por um lado ou se faz de conta que não se conhece, não se sabe, ou talvez tentem se enganar, porque o Agravo de Instrumento n. 021.140/2007 é de uma ação popular que tenho ingressado na Justiça contra o subsídio vitalício dos ex-governadores, e aqui trata especificamente do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, que deu ganho de causa a nossa ação popular. Na época, o ex-governador Eduardo Pinho Moreira teria dito publicamente que não iria recorrer, mas, logo em seguida, recorreu.

Agora, analisando um pouco o projeto de lei encaminhado a esta Casa, em regime de prioridade, queremos chamar a atenção de todas as pensionistas do Ipreve, talvez dos nossos professores aposentados, dos servidores públicos do estado de Santa Catarina, dos companheiros praças, deputado Sargento Amauri Soares, que lutam incansavelmente e aqui houve um momento de denúncia, na semana passada, pois cinco anos já se passaram, e pouco daquilo que foi aprovado tem sido implementado.

Assim, rapidamente o projeto vem a esta Casa com um aumento de aproximadamente 400% às viúvas dos ex-governantes. De R\$ 2.250,00 que já recebem por força de lei, passam a receber igual ao subsídio do governador em exercício, R\$ 10 mil hoje. Por essas questões é que ficamos às vezes perplexos, porque temos questionado inúmeras e inúmeras vezes aqui nesta Casa, qual é a política salarial do estado de Santa Catarina?

Nós percebemos que não há mais uma política salarial, pois se dá aumento conforme se deseja, se quer, não existe um pensar político em nível de estado que possa estabelecer um processo de justiça na questão dos reajustes salariais de todos os nossos servidores públicos.

A Constituição Federal é muito clara em seu art. 37, e no seu Inciso XIII, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;" [sic]

Portanto, isso aqui não vale porque se está equiparando os salários das viúvas dos ex-governadores ao que ganha o governo do estado de Santa Catarina, o que contraria o princípio da Constituição Federal e fere um princípio básico da nossa Constituição.

Por isso, volto a insistir neste assunto, no dia de hoje, e esta Casa tem também a sua responsabilidade neste processo. E é neste sentido que gostaria aqui, em nome dos servidores públicos de Santa Catarina, que pudéssemos ter uma posição clara com relação ao tamanho absurdo que aqui se está apresentando. Por que privilegiar três pessoas?! Três pessoas! Não é pelo fato de ganhar cinco ou dez ou não!

Então, deveriam aqui neste projeto colocar todos os pensionistas do estado de Santa Catarina ou do Instituto de Previdência e estabelecer o senso de justiça, é a primeira coisa que teríamos de fazer. Agora, por outro lado, estabelecemos aqui privilégio a três pessoas. Dessa forma, nos provoca essa indignação, quando a grande maioria dos nossos servidores lutou, trabalhou e se dedicou a vida toda e, muitas e muitas vezes, não viu nenhuma perspectiva de aumento de seus salários.

Então, fica aqui registrado, na tarde de hoje, mais uma vez a minha indignação no que diz respeito a essa forma do trato dos nossos servidores públicos, e o privilégio que se tem para com três pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Jean Kuhlmann.

(Pausa)

O Sr. deputado declina do uso da palavra.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

O Sr. deputado declina do uso da palavra.

Inscrito para falar o deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

O Sr. deputado declina do uso da palavra.

(Pausa)

Inscrito para falar, em Breves Comunicações, o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O deputado Elizeu Mattos faz uma permuta com o deputado Professor Grandó.

Com a permuta, o Professor Grandó fará uso da palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, o nosso pronunciamento hoje visa objetivar o papel desta Casa. Esta Casa não é um cartório que sanciona as leis sem discutir, sem melhorá-las, e tem feito isso de uma forma soberana e sou testemunha. Por exemplo, o Código Ambiental é a soma de 27 leis, das quais muitas já estão superadas, precisam ser atualizadas, melhoradas, sintetizadas num apanhado de leis, numa única lei que nós chamamos de Código Ambiental.

Esta Casa, além de discutir nas comissões e no plenário, melhora as leis que vêm do Poder Executivo. E esta é uma lei louvável, da coragem do sr. governador que, atendendo as reivindicações de todas as regiões e de todos os setores, a fez. Esta Casa realizou uma série de audiências públicas por este estado, as quais acompanhamos a maioria, 80% delas, ou seja, das dez reuniões, nós estávamos presentes em oito. E teremos a última, que será aqui em Florianópolis, na quarta-feira, amanhã.

Ora, o que se tem discutido do Código Ambiental por todo estado? Primeiro, a quantidade de pessoas participando, não só dos setores produtivos, como são os agricultores que representam as federações agrícolas, que representam, sem sombra de dúvida, as cooperativas, com suas reivindicações específicas e os seus conflitos; as entidades vinculadas aos órgãos do meio ambiente; o Ministério Público e a OAB, participando, talvez na mais importante lei deste ano, que é o Código Ambiental.

Pois bem, é uma reivindicação bastante conflitante, pois trata de uma realidade típica de Santa Catarina, que é a questão da área de preservação permanente, porque muitas regiões, principalmente em regiões de várzea, onde há arroz, onde o nosso agricultor sobrevive plantando arroz, há dificuldade em aplicar a lei federal ao pé da letra, afastando 30m, e muitos agricultores não vão nem poder plantar ou produzir o sustento da sua família.

Portanto, nós chamamos essas regiões de regiões consolidadas. Há mais de 20, 30, 50, até 100 anos a agricultura é feita desta forma. Então, nestas regiões

consolidadas, cabe ao Ministério Público, através das cooperativas, das federações, das associações de agricultores, fazer termos de ajuste de conduta, gradativamente e de forma técnica, através do estudo econômico e ambiental, isso, sim. Por que são 30m? Por que não 25m, por que não 15m? Porque existem formas de fazer a atividade agrícola sem poluir ou sem prejudicar, porque todos nós sabemos que além da proteção do rio e do arroio, a área de preservação permanente, chamada também de mata ciliar, como os cílios dos nossos olhos, serve não só para proteger os rios, mas também para servir de corredor ecológico da biodiversidade, ligando as unidades de conservação.

É uma realidade que cada vez mais os agricultores têm sua terra dividida em função da herança. Vocês não imaginam, mas este estado tem um verdadeiro potencial e, por isso, é fácil trabalhar este modelo econômico que Santa Catarina escolheu. Oitenta e nove por cento das propriedades de Santa Catarina são de até 50 hectares. E até 50 hectares a lei federal permite que a área de preservação permanente faça parte da reserva legal. Então, ajuda o pequeno agricultor a ter terra disponível, a ter o seu manejo agrícola, o seu trabalho agrícola e a manter a sua produção. Já os proprietários maiores estão com essa dicotomia, trabalhando numa realidade que pode gerar conflitos.

Mas, em princípio, o Código Ambiental tem algo que nos une, pois ele diz que só há um tipo de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável. Portanto, interessa tanto aos ambientalistas quanto aos agricultores. Então, o meio ambiente é um aliado da agricultura.

Santa Catarina está sendo observada de forma pioneira por todos os estados, pelo governo federal, pelo Ministério Público, pois com essa lei do Código Ambiental sofrerá mudanças para melhor. Só nós, temos mais de 40 emendas para melhorar esse código, para que ele não seja considerado inconstitucional e, com certeza, nós vamos conseguir melhorá-lo e ter uma lei constitucional.

Esse é o dever de cada deputado daqui para frente, porque pretendemos que até o final deste ano possamos votar esse projeto, mas que seja votado, realmente, um bom projeto, com as emendas de cada parlamentar, com os substitutivos globais, enfim, que seja um projeto constitucional porque o Brasil todo está nos observando e vamos, sim, atender as principais reivindicações dos agricultores.

Temos notado também que muitos agricultores estão sofrendo repressão com relação à questão do fumo, principalmente por denúncias da Polícia Ambiental ou de outros setores, especialmente na região norte do estado, a região de v.exa., deputado Antônio Aguiar. Porque todos sabem que, pela lei federal, são permitidos até 15m³/ano para cada agricultor utilizar para os seus afazeres. O fumo, no entanto, que tem estufa, aproveitando os galhos dá quarenta e poucos estêreos, o que, às vezes, não é suficiente para secagem.

Mas o agricultor não deve ser multado por isso, não se deve reprimir o agricultor porque ele é um parceiro da indústria fumageira! Essa indústria que deu a semente, a técnica, o adubo, tem que dar também a lenha para a secagem; faria o reflorestamento, compraria a madeira de reflorestamento ou permitiria que cada "x" de pessoas que produzem o fumo fizessem o reflorestamento necessário. Inclusive estamos lutando para que haja o reflorestamento com a bracinga, não só com eucalipto ou com o pinus, o que evitaria a multa que aquele agricultor recebe

porque, por necessidade, às vezes, de madrugada, vai cortar lenha para secagem na estufa, o que não pode. E aí vem a repressão, ao invés da educação, da parceria, do ajuste de conduta, que pode ser feito com o Ministério Público. Mas não podemos prejudicar aquele que já é muito prejudicado em toda sua atividade que é a agricultura.

Nós temos a política de fixação do homem no interior e no campo. Nós fizemos isso com a suinocultura no termo de ajuste de conduta, de não mais multar o agricultor, mas, sim, a empresa que o agricultor estava servindo, sendo parceiro, trabalhando com ela, porque era dever da empresa enviar um engenheiro agrônomo para dizer onde realmente deveria ser construído o chiqueirão, como se chama, que não poderia ser perto de rios e da sua residência. E através do termo de ajuste de conduta, nós aproveitamos a captação da água do telhado, são mais ou menos, neste caso, 25 mil agricultores que têm chiqueiro, mais 20 mil que têm galinheiros, neste total, colocando em média 800m², a captação de água desses telhados seria o equivalente à vazão do rio Chapecó.

Então, imaginem a quantidade de água limpa, boa que poderia ser captada, que serviria para a higiene e melhoraria a qualidade da carne. A mesma coisa, no caso do ajuste, que fizemos com a suinocultura devemos fazer com a questão fumageira, com os agricultores que precisam das árvores nacionais com a bracinga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero fazer dois registros. Primeiramente, quero informar que esteve até agora no Parlamento catarinense o ministro da secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sr. Edson Santos, a quem tivemos - o presidente desta Casa e toda a bancada do PT - o prazer de receber. O ministro está cumprindo no estado de Santa Catarina as atividades da Semana da Consciência Negra, ficando aqui até o dia de amanhã.

Em segundo lugar, sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença de duas personalidades da minha cidade, a cidade de Blumenau, se v.exa. me permite. Um deles é o empresário Wilson Loos, conhecido carinhosamente como Dedinho, e o outro é o juiz de Direito de Blumenau, dr. Nelson Leiria, que fazem uma visita a esta Casa de Leis trazendo um pedido de considerações aos parlamentares desta Casa a um pleito da cidade de Blumenau.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado e médico Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o deputado Antônio Aguiar, que está presidindo neste momento a sessão, como também os parlamentares presentes, e registrar a presença, neste plenário, do prefeito eleito de Trombudo Central Silvio Venturi; do vereador Luiz Carlos Fachini, do PMDB, de Álvaro Melchiorretto, do PR, e de professores e piscicultores que acompanham o prefeito.

Hoje, pela manhã, participamos de uma reunião na comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano, juntamente com o deputado Reno Caramori, que provavelmente irá assumir esta tribuna para falar sobre isso, para tratar sobre essa malfadada portaria do Detran, deputada Ada De Luca. É uma vergonha o que se está fazendo neste estado!

Enquanto se tira os tributos neste país, enquanto outros estados criam linhas de crédito para facilitar a vida do povo brasileiro, aqui, numa postura cartorária, querem cobrar de quem vai comprar veículo, sendo que num período passado, num contrato desses, arrecadou-se perto de R\$ 8 milhões, ficando menos de 1/3 para o estado e a maior parte para os cartórios.

Temos que saber quem é que está por trás disso, desse conluio contra o bolso do povo catarinense! Não venha me dizer, deputado Manoel Mota, que é porque alguns estados fizeram isso que essa portaria, deputado Kennedy Nunes, foi lançada no dia 11/11/2008, assinada por Vanderlei Rosso. Portaria essa que nenhum parlamentar sabe o seu conteúdo e a sua forma! Mas ela exige de cada cidadão que for comprar um veículo o pagamento de mais uma taxa, além das que já se paga, sendo que a maior parte delas vai para os cartórios.

Então, com certeza este Parlamento terá a responsabilidade de tomar as medidas necessárias. E a bancada do PT, juntamente com a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e com a Federação dos Representantes de Revendas de Veículos e Motocicletas, trabalha no sentido de ser contra esse assalto que está sendo feito ao bolso do povo catarinense por causa dessa portaria medíocre assinada pelo Detran de Santa Catarina! E portaria não é objeto de lei! Portanto, esse é um processo inconstitucional. Por isso a nossa bancada vai dizer "não" a esse escracho dessa portaria!

Esperamos que o Detran e o secretário da Segurança tenham a capacidade de tomar ainda, em tempo hábil, uma posição cancelando essa malfadada portaria.

Ao mesmo tempo também, como médico que somos, atuando na área da saúde, cabe-nos registrar o nosso apoio pessoal ao ministro José Gomes Temporão, que é ministro do PMDB, pois estão querendo, na questão dos cargos, passar a rasteira nele. Esse cidadão tem administrado o ministério com responsabilidade, deputado Pedro Baldissera! Não tem sido um ministro fisiológico.

Sabemos das dificuldades que existem na área da saúde, mas só agora está sendo feita, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que também é médico, a assinatura de oito bancos públicos de cordões umbilicais, sendo que um deles será em Santa Catarina. Para quem não sabe, o sangue oriundo do cordão umbilical tem células-tronco que permitem o transplante de medula, muitas vezes criando bancos para que se possa salvar vidas. Mais de R\$ 31 milhões estão sendo investidos em Santa Catarina, sendo que um desses bancos está vindo para cá devido às nossas lutas de melhorias na saúde.

Temos que registrar que esse ministro tem sido um combatente imbatível na aprovação da Emenda n. 29 para garantir os recursos de 10% da União para a saúde. Agora, uma das grandes queixas dos ministros e dos parlamentares da base do PMDB que querem tirar o cidadão de lá é que ele não é muito aceito nas negociações e não tem muito jogo de cintura. Mas o importante é que ele tem pautado pela melhoria da saúde deste país na luta de mais recursos em políticas

públicas, como, por exemplo, a de ampliação das equipes de médicos de família, que só no governo Lula mais de dez mil equipes foram implantadas, sendo que até o final de 2010 teremos perto de 47 mil equipes de família no Brasil. E nós já estamos sentindo o reflexo disso em nosso país, como a redução da mortalidade infantil, da mortalidade pré-natal, através dos acompanhamentos das gestantes, como também na ampliação de uma política de saúde.

Nós sabemos que há muito por fazer, mas temos que ser claros que não é negociando cargos, não é minando um cidadão que faz um trabalho honrado e decente que vamos contestar. Se contestaram esse ministro porque ele fez uma denúncia de ato de corrupção em órgãos do ministério da Saúde, não podemos jamais esquecer de que tudo tem o seu tempo e o ministro Temporão, no governo Lula, tem mostrado avanços na área da Saúde.

Havia cargos do PMDB na Saúde que tinha que esconder do ministério, mas ele mesmo denunciou. E não me venha o PMDB dizer que o ministro não presta, porque a postura dele foi ética, séria e centrada contra cargos indicados pelo PMDB no governo e que eles não tiveram coragem de mexer! Mas o ministro veio a público e disse: tem que trocar. E é por aí que o PMDB se alvoroça todo.

Nós sabemos, deputado Dado Cherem, v.exa. que foi secretário da Saúde e voltará a ser novamente, sabe também disso, quanto o recurso da saúde tem que ser bem gerenciado, porque sabemos que são curtos esses recursos.

Sou um parlamentar do PT, mas tenho responsabilidade de assumir o papel que está tendo o ministro Temporão na descentralização da Saúde, na história da saúde deste Brasil com a política da reforma sanitária e, principalmente, por ser um cidadão que está lá para tentar mostrar e fazer mudanças necessárias para que este país avance na área da saúde.

Portanto, como parlamentar do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que no seu tempo o Temporão está mostrando que como ministro não está lá para afagar aqueles que os partidos indicaram, mas para mostrar resultados. Resultados como esses que estão tendo na política de medicamentos no Brasil com a ampliação e a retirada de patentes de produtos internacionais para o tratamento da Aids, como o Efavirenz, que hoje o laboratório da Fiocruz produz, porque o governo Lula tem investido recursos na área da saúde.

A nossa luta é esta: a manutenção do desenvolvimento social na área da saúde, a luta contra a corrupção, denunciando aqueles que a praticam.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência agradece a presença do prefeito de Monte Castelo Sirineu Ratochinski, juntamente com seu assessor jurídico, e deseja uma feliz estada ao prefeito, que é amigo do deputado Dado Cherem, que também se encontra aqui presente.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, gostaria de registrar, da mesma forma, a presença do prefeito de Iporã do Oeste Ilton Pedro Vogt, do extremo-oeste de Santa Catarina.

Seja bem-vindo a esta Casa, prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, o deputado Pedro Baldissera falava do projeto que chegou aqui na semana passada e que diz respeito à concessão de pensão para viúvas de ex-governadores.

Quero também registrar, deputado Pedro Baldissera, que eu não tenho absolutamente nada contra aquelas três senhoras, ou seja lá quantas forem, mas me preocupa muito a pensão, por exemplo, dos policiais e bombeiros mortos em serviço. Eu me preocupo com a viúva do soldado Marcelo Creus, morto quando atendia uma ocorrência num posto de gasolina, no dia 27 de setembro, em Santo Amaro da Imperatriz e com a viúva do cabo França, de Criciúma, morto há menos de um mês para salvar vítimas de uma mina incendiada no sul do estado.

Então, só queremos um tratamento parecido com aquele que se pretende dar para as viúvas dos ex-governadores também para as viúvas dos policiais e bombeiros que morrem em serviço. Pelo menos para esses, para haver um tratamento mais ou menos parecido, para não desconfiarmos que ainda não chegamos na República. Porque dizem que isso aqui é uma República desde 1889. Então, esperamos que o tratamento seja igual a todos os segmentos da sociedade.

Nós estivemos em reunião na secretaria da Segurança, na semana passada, e eu falava aqui, na quinta-feira pela manhã e no dia anterior também, sobre a expectativa dessa reunião com os secretários do governo, ou seja, com os secretários Ivo Carminati, com o secretário-adjunto da Administração Paulo Eli e com o secretário Ronaldo Benedet.

Eu estava na expectativa de que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, dos agentes prisionais, da Polícia Civil, dos servidores em geral da secretaria da Segurança Pública iriam receber algum retorno quanto à Lei 254, mas a expectativa foi frustrada mais uma vez. O secretário Ivo Carminati não trouxe nada na mão, veio de mãos vazias, mas trouxe algumas frases estranhas na boca, difusas, jogando para o infinito. Frases do tipo "dependemos de receita futura ou precisamos ter o aval da Assembléia Legislativa", como se já não fizesse cinco anos dessa lei, fez no dia 12, e nós rememoramos aqui no dia 12 os cinco anos de aprovação da Lei n. 254.

Então, é preciso que essa lei seja cumprida. O problema é que a lei salarial dos servidores da Segurança Pública, que já tem cinco anos, foi cumprida apenas parcialmente. E a última vez que o governo fez uma proposta já faz três anos, um mês e oito dias. Foi a última vez que o governo fez uma proposta concreta.

Nós teremos reunião novamente amanhã, quarta-feira, às 9h, com os mesmos protagonistas, no mesmo local. Dezenas de praças estarão vindo, principalmente das regiões mais próximas, para acompanhar de perto, na calçada da Mauro Ramos, o resultado da reunião.

Amanhã também será o dia da primeira manifestação, deputada Ana Paula Lima, do primeiro movimento das esposas e demais familiares de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Elas, esposas e familiares dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, dos policiais civis e dos agentes prisionais, estão há três semanas se mobilizando, se organizando para dizer que também estão sentindo no orçamento familiar dificuldade de continuar sustentando a família com um salário congelado há três anos.

Elas sentem mais do que isso, sentem a situação de desgaste emocional e físico dos trabalhadores da Segurança Pública, que cada vez mais, em menor número, têm que dar conta de uma tarefa cada vez mais difícil.

Amanhã será o primeiro ato e esperamos resultados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, nós, do Partido Progressista, queremos também cumprimentar os colegas de imprensa, funcionários da Casa e todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Hoje, o nosso partido participou da coletiva de imprensa falando sobre esse assunto que o deputado Jailson Lima já abordou na tarde de hoje; esse famigerado decreto do Detran que obriga, agora, nas movimentações, no comércio dos veículos, o registro em cartório.

Eu quero dizer ao governador Luiz Henrique que as revendedoras estão passando por um momento crítico por conta da diminuição de crédito e do aumento dos juros praticados no comércio. Lá em Joinville, deputado Serafim Venzon, eu não sei como é lá em Brusque, as garagens de revenda de carros estão abarrotadas e dá a impressão, deputado Gelson Merisio, que há mais carros para vender do que andando. E não bastasse esse problema para os proprietários de garagens, para quem faz do seu negócio a venda e compra de carros, por conta dessa recessão que está aportando, por conta da diminuição de crédito, deputado Dirceu Dresch, agora vem o governo e implanta por decreto mais um tributo para quem quer comprar um carro. Mais um tributo! Mas isso não passa por esta Casa, é lá direto do Poder Executivo.

Isso é um absurdo, uma aberração, é um acinte à realidade que nós estamos vivendo. Não é possível convivemos com essa esganação deste governo em tirar do bolso do contribuinte mais dinheiro para pagar as suas contas porque, na verdade, deveria sim diminuir o custo fixo, diminuir os cargos comissionados, diminuir a estrutura hoje política que há nas secretarias Regionais, e não tirar do bolso daqueles que querem comprar um carro.

Nós, da bancada do Partido Progressista, com a liderança do meu líder, deputado Silvío Dreveck, somos contra e iremos, se preciso, acionar o Ministério Público e tomar todas as medidas possíveis para que isso não venha a acontecer ou continuar acontecendo no estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois Não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Só para registrar na história desta Casa, deputado Kennedy Nunes, quero dizer que foi discutido esse tema na legislatura passada. Nós enchemos este plenário com diversos revendedores de carros que já orientavam a sociedade e o governo do estado sobre esse percentual, que seria repassado para os consumidores.

Agora, o que me causa estranheza é que não apagar das luzes eles fazem esse tipo de portaria. Porque nesta Casa, tenho certeza de que tanto os deputados da base governista quanto da oposição são contrários a esse tema. Acho que nós, parlamentares, devemos pedir explicações ao governo do estado, ao secretário de Segurança sobre isso, porque vai lesar não só os revendedores mas também os consumidores.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado pelo aparte, deputada. É isso, e nós vamos estar atentos.

Chamo também a atenção dos nobres deputados e daqueles que nos assistem pela TVAL que amanhã, às 9h, a comissão de Segurança realizará a primeira reunião que irá discutir a legislação que esta Casa vai preparar para a concessão de alvarás para a realização de eventos, sejam públicos, ao ar livre ou fechado, e também alvarás de bares e restaurantes. Todos os deputados estão convidados a participar. Estarão presentes representantes das Polícias Civil e Militar; do Corpo de Bombeiros Militar, e Bombeiros Voluntários; o pessoal do Crea; da secretaria da Administração; representantes do movimento gauchesco catarinense; o Convention Bureaux de Santa Catarina, ou seja, todos aqueles que estão envolvidos nesse processo de realização de eventos. Nós vamos estar reunidos amanhã com uma equipe, uma comissão de trabalho que será dirigida pela comissão de Segurança Pública para fazer a legislação que vai nortear a concessão de alvarás a partir dessa aprovação aqui em Santa Catarina.

Lembro que hoje o que existe é uma portaria baseada num decreto que não existe, deputado Marcos Vieira, há 20 anos, desde a promulgação da nova Constituição brasileira. O decreto que hoje é a base para um procedimento de alvará não existe há 20 anos! E agora esta Casa, a comissão de Segurança Pública irá coordenar esse trabalho, e nós estamos convidando todos os deputados, pois com certeza esse problema está acontecendo em todas as cidades de Santa Catarina, porque são leis estaduais, são ações estaduais que precisam ser mudadas.

Então amanhã, às 9h, na nossa comissão de Segurança Pública, todos os deputados estão convidados, bem como aqueles que estão-nos assistindo, para participar desse processo que vai formar uma lei que norteará, deputado Darci de Matos, todo o processo de concessão de alvará para bares, restaurantes, similares e eventos.

Imaginem que hoje é pedido, deputado Dado Cherem, que se faça um tratamento acústico para eventos ao ar livre. Eu não sei se existe tratamento acústico para o céu, mas hoje a legislação pede isso, tratamento acústico para eventos ao ar livre.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, quero contribuir com a sua falação. O senhor tem razão e quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer para comissão de Segurança Pública esse assunto complexo que muitas vezes tem dificultado a realização de grandes eventos não só em Joinville, mas em toda Santa Catarina.

Eu acho que agora, através deste debate da comissão de Segurança Pública da Assembléia, da qual estou fazendo parte substituindo o deputado Cesar Souza Júnior, envolvendo todos os atores vamos chegar a um bom termo e vamos ter eventos com segurança, mas não vamos exigir excessivamente uma série de requisitos e providências, até desnecessárias como o senhor disse, como é o caso da acústica para festas e rodeio. Não há necessidade. Tenho certeza de que vamos chegar a um bom termo, vamos ter segurança nos eventos e teremos bons eventos em Joinville e em Santa Catarina, aquecendo a nossa economia.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado! Só para se ter uma idéia: não importa se o evento vai ter 50 pessoas ou 50 mil pessoas, a lei é igual para todos. Por exemplo, é exigido para eventos de pequeno porte até uma ambulância, como se fosse um evento de muita gente. Tudo isso nós vamos discutir a partir de amanhã. Vamos fazer uma série de reuniões com os responsáveis, essas pessoas que estão participando, e também com as entidades envolvidas para termos eventos seguros, que possam dar segurança àqueles que vão participar, mas também que não venha prejudicar, como está prejudicando, os organizadores de eventos no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito Sirineu Ratochinski, da cidade de Monte Castelo, e também do querido amigo vereador Wagner Garcia, da cidade de Santo Amaro da Imperatriz, que estão aqui nos assistindo, vindo a sessão plenária transcorrer na sua normalidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência já havia feito o registro da presença do prefeito Sirineu Ratochinski, mas reafirmamos o seu registro.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra, o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero aqui cumprimentar inicialmente cada um dos senhores.

Gostaria de iniciar minha fala cumprimentando aqui, em nome de todos os prefeitos que estão nesta Casa, o prefeito eleito Silvío Venturi, de Trombudo Central. É uma alegria muito grande receber v.exa. que já vem na sua missão de prefeito conversar com os deputados e pedir ajuda no orçamento do estado. É a nossa obrigação como parlamentar, é o nosso papel receber os prefeitos eleitos para que possamos, em conjunto, trabalhar em prol de uma Santa Catarina melhor.

Quero parabenizá-lo prefeito Silvío Venturi, porque com certeza não é ficando sentado em uma cadeira que o prefeito vai ser bom. É administrando a sua cidade, buscando recursos e tendo capacidade e competência, acima de tudo, para lutar por aquilo que é melhor para o seu município.

Desejo-lhe muita sorte, prefeito Silvío Venturi, e quero dizer que v.exa. tem neste deputado não apenas um parlamentar, mas um amigo, alguém que vai ajudá-lo muito a fazer da cidade maravilhosa de Trombudo Central uma grande cidade não apenas do alto vale, mas do estado de Santa Catarina.

Quero aqui também, sr. presidente, agradecer aos parlamentares, a cada deputado estadual desta Casa por estarem colaborando, agradecer aos líderes que estão indicando os nomes que vão participar do fórum permanente para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico do estado de Santa Catarina.

Um fórum que foi proposto, que foi aprovado pelos srs. deputados e pelas sras. deputadas desta Casa, para que possamos acompanhar um setor que vem crescendo a cada ano mais e que vem dando para os catarinenses empregos de qualidade, gerando riqueza, que é o setor de ciência e tecnologia, setor de empresa de programação, por exemplo, onde existe um valor agregado muito forte na mão-de-obra, onde

cada empresa busca qualificar os seus profissionais e exige que o jovem, que a pessoa que entra na empresa cada vez aprenda mais, estude mais, e consequentemente acaba ganhando um salário melhor.

Esse fórum vai ter como função principal discutir, srs. parlamentares, uma política pública voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado, e vamos poder efetivamente garantir que Santa Catarina seja um berço. Se eu der como exemplo o município de Blumenau, pasmem senhores! Blumenau hoje tem mais empresas na área de programação, na área de computação, do que padarias. Mais empresas nesse nível, deputado Manoel Mota, que geram emprego de qualidade, do que padarias! Essa é uma vocação não só de Blumenau, mas de todo o estado de Santa Catarina.

Quero aqui também aproveitar, esclarecer, e reforçar o convite. Eu já utilizei a tribuna srs. deputados para poder falar sobre a questão do consórcio da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu. Nós estamos criando, propondo através do Fórum Permanente de Aprimoramento do Sistema de Proteção Contra Enchentes em Santa Catarina, o qual eu coordeno, que no vale do Itajaí, uma bacia hidrográfica que envolve 53 municípios, que envolve mais de um milhão de habitantes, seja criado um consórcio entre os municípios, governo do estado e governo federal para gerenciar todo o sistema de proteção contra enchentes no vale do Itajaí.

Um sistema que vai ter a responsabilidade de cuidar das barragens do alto vale, de cuidar do sistema de telemetria que está sendo modernizado, informatizado e implantado agora pela Furb - Universidade Regional de Blumenau. Um sistema, um consórcio que vai ter a obrigação de buscar recursos junto ao governo do estado e ao governo federal para investir não apenas nas barragens do alto vale, mas para investir em cada município do alto e do médio vale, da foz do Itajaí, do vale norte e do extremo vale, em cada município do vale do Itajaí que tem problemas com enxurradas, com enchentes, alagamentos e que precisa efetivamente de um investimento dos governos do estado e federal para resolver os seus problemas.

Esse consórcio vai ter essa função, e o nosso objetivo justamente é criar o consórcio para que isso saia da esfera político-partidária, porque essa questão é muito mais importante do que qualquer partido político, é muito mais importante do que qualquer prefeitura de forma individual ou qualquer instituição, seja o governo do estado ou governo federal. É uma questão que, como falei, envolve 53 municípios do vale do Itajaí, envolve mais de um milhão de habitantes, e nós temos que efetivamente nos preocupar com essa questão. Entendo, srs. deputados, que é algo que realmente precisa do apoio de todos.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Pois não! Com muita alegria ouço v.exa.

O Sr. Deputado Professor Grando - Nesses dias nós tivemos a oportunidade de passar pela região da bacia hidrográfica do rio Itajaí discutindo o Código Ambiental, depois por Itaporanga, que faz parte da mesma bacia, estivemos também na barragem quem entra em Lajeado Grande, e eu apenas gostaria de dizer que foram feitas as barragens e não colocaram uma turbina para produzir energia elétrica. Então, ao mesmo tempo em que fizeram a barragem, poderiam torná-la auto-sustentável aproveitando o potencial para gerar energia elétrica, através de PCHs ou nas próprias barragens, para toda região e para o estado de Santa Catarina.

Apenas estou complementando o seu discurso que acho oportuno e isso realmente vai ocorrer.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Professor Grando, quero realmente agradecer sua participação e parabenizá-lo.

Existe já essa iniciativa, o próprio governador teve essa idéia e estudos já foram feitos nesse sentido. Mas quero dizer que justamente, deputado Professor Grando, se nós tivermos um consórcio responsável pela administração de todo esse sistema no vale do Itajaí, um consórcio local, de pessoas que conhecem a realidade, formado pelos municípios do vale do Itajaí, é muito melhor do que uma administração da barragem feita pelo governo federal, Brasília, que nem conhece a nossa realidade.

Por isso é importante que o consórcio esteja nas mãos de pessoas técnicas que vão lá para buscar soluções e não apenas procurar problemas. Pessoas que vão lá para unir esforços, de todas as 53 prefeituras do vale do Itajaí, do governo do estado e do governo federal, para buscar recursos e resolver um problema que há muito, muito tempo aflige a comunidade. Graças a Deus hoje as barragens estão funcionando, mas é importante que elas continuem funcionando para sempre e o sistema seja aprimorado.

Por isso quero convidar todos, no dia 27 às 9h na Câmara de Vereadores de Blumenau...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a nobre deputada Ada De Luca, por até 16 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas parlamentares, imprensa, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Aleesc. (Passa a ler.)

"Há pouco mais de uma semana acompanhamos pela imprensa o caso de uma jovem assassinada friamente pelo seu ex-marido, num dos *shoppings* mais famosos e movimentados de Florianópolis.

Foi mais um caso chocante de violência doméstica que ganhou grande repercussão, especialmente em função do local onde o crime foi cometido.

Hoje venho aqui para divulgar uma iniciativa da secretaria Nacional de Políticas para Mulheres que vem ganhando força em todo o País. E temos o dever de ampliar ao máximo possível.

A campanha 'Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres' vem sendo divulgada por um *site* que pretende angariar adesões na luta e pôr fim à violência.

O *Site* www.homenspelofimdaviolencia.com.br é dirigido aos homens que podem - e devem - incluir seu nome nesse abaixo-assinado virtual.

Aliás, atendendo a uma solicitação desta deputada, o *link* para aquela página da internet já está disponível no *site* da Assembléia Legislativa.

Desde já quero agradecer ao eminente presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, que com essa atitude, com essa abertura, já passou a colaborar com a campanha.

Peço aos srs. deputados que acessem o *site* de seus *laptops* e coloquem os seus nomes nessa campanha. Como os senhores podem acompanhar pelo telão, é só preencher com o nome completo e o seu *e-mail* para fazer parte dessa campanha.

Essa iniciativa busca um diálogo específico com o público masculino, e a idéia é que as assinaturas sejam recolhidas até o dia 6 de dezembro, Dia de Luta dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Ao colocarem suas assinaturas e aderirem à campanha, todos, inclusive os parlamentares, comprometem-se publicamente a contribuir com a implementação integral da Lei n. 11.340, pela efetivação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.

A meta é colher no mínimo 500 mil assinaturas. O resultado da campanha será divulgado em um evento com a presença do presidente da República, de vários governadores que inclusive já aderiram, artistas, políticos, atletas e líderes comunitários.

Nesse dia as assinaturas recolhidas através do *site* serão enviadas *on line* ao secretário-geral da ONU e passarão a integrar a campanha internacional da instituição.

Ressalto que diplomatas, vários governadores, juizes, jornalistas, escritores, artistas, muitas outras autoridades e intelectuais, como mostra o telão, já incluíram seus nomes nessa luta.

Nosso papel como parlamentares é divulgar essa iniciativa educativa e fazer com que a campanha chegue em cada lar do nosso estado.

Quero aproveitar para pedir aos srs. parlamentares que também façam o seu papel, multipliquem essa idéia.

O amanhã é incerto, ninguém sabe, todos têm mães, filhas, irmãs, esposas, netas e amigas. Vamos entrar nessa campanha. É uma obrigação nossa!

Informo aos senhores que a Coordenadoria da Mulher do Estado de Santa Catarina, na pessoa da coordenadora, dra. Vera Lúcia Teixeira, também está divulgando a campanha em todos os órgãos ligados ao Executivo.

Vou repetir o *site* para aqueles que não anotaram: www.homenspelofimdaviolencia.com.br.

Antes de encerrar, quero agradecer ao colunista Cacau Menezes que, homem inteligente, jovem, que está-nos ajudando, já divulgou no seu *blog* informações sobre a campanha e o *site* para adesão. O mesmo fizeram os jornalistas do *site Floripa News*.

A todos os homens que já aderiram o nosso muito, mas muito obrigada! Suas atitudes estão salvando vidas! Continuemos fazendo a diferença!

Afinal todas nós temos direito a uma vida livre de violência!

Muito, mas muito obrigada mesmo!"
Espero srs. Parlamentares que todos vocês colaborem!

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro dos minutos restantes destinados ao PMDB, com a palavra o eminente deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Aleesc Digital, ocupo esta tribuna depois de participar de uma viagem ao exterior acompanhando o presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, que assinou em Xangai um termo de cooperação técnica com a empresa de energia de lá. Essa companhia tem características muito semelhantes às da empresa de energia de Santa Catarina. E esse acordo de cooperação técnica é o primeiro convênio assinado - e ela já tem acordos semelhantes com os Estados Unidos, o Canadá e outros países da Europa - com uma empresa de energia elétrica da América Latina. E Santa Catarina teve esse privilégio porque existe uma simpatia muito grande e uma atenção muito especial para com o nosso estado por parte dos empresários chineses desse setor.

Esse convênio vai propiciar que haja transferência de energia, assessoramento na consultoria técnica e também capacitação de mão-de-obra. Já no mês de março estarão aqui em Santa Catarina técnicos chineses para conhecer mais de perto a Celesc e iniciar os procedimentos no sentido de fortalecer essa parceria.

Da mesma forma, a Celesc deverá encaminhar técnicos para Xangai para que lá se observe o que vem sendo feito naquele país, onde, nesse particular da energia, estão usando técnicas muitas avançadas. E certamente Santa Catarina, em especial a Celesc, terá um ganho muito grande, e o principal: sem qualquer custo por esse acordo.

Também tivemos a oportunidade de fazer uma visita a Dubai, onde tivemos uma programação organizada pelo ministro do Turismo daquele país, daquele emirado, e lá pudemos constatar a grande transformação que está ocorrendo por conta de uma decisão do governo de aplicar em infra-estrutura com foco bem definido, com planejamento bem feito.

É verdade que lá a realidade é bastante diferente da nossa no sentido de que há recursos decorrentes de petróleo. Mas, em contrapartida, existe lá uma situação bastante inóspita, já que é puro deserto. E o que vemos lá, hoje, é que há muito verde, tudo é irrigado por água dessalinizada, e construções acontecendo por todos os cantos: muitos viadutos, muitas pontes, muitas rodovias, muitos túneis, muita construção de residência, prédios, *shopping center*, aeroporto, autódromo.

E no ano que vem, em Abudab, no mês de novembro, será inaugurado o mais moderno autódromo do mundo, com a realização da última etapa da Fórmula 1. E para este evento está sendo construído um novo e grande aeroporto para poder comportar o fluxo turístico.

E eles tiveram o foco de investir no turismo.

Nesse sentido temos que reconhecer que eles estão muito à nossa frente. Precisamos acompanhar o que está acontecendo lá para nós podermos nos espelhar em muitas coisas. Aquele país que, em 1960, tinha dependência de 100% das receitas de petróleo, com a grande transformação que está havendo hoje depende apenas 7% dessa receita de petróleo. Os outros 93% de receita provêm de serviços, do comércio e do turismo. No ano passado o fluxo turístico foi de seis milhões de turistas e prevê-se para o ano de 2010 um fluxo turístico de 15 milhões de turistas.

Sem dúvida nenhuma, é importante ressaltar isso porque aqui em Santa Catarina temos uma condição excepcional em termos de belezas naturais, mas nos falta infra-estrutura.

E eu ouvia num noticiário recente que a Embraer pretende fazer a reformulação do Aeroporto Hercílio Luz somente em 2012. Nós, a classe política, tanto o Executivo quanto o Legislativo, precisamos nos mobilizar para reverter esse quadro. Se quisermos, efetivamente, aumentar o fluxo turístico aqui em Santa Catarina, precisamos dar condições para que o turista aqui venha. E isso começa pela reformulação do nosso aeroporto e também pela via de acesso a esta porta de entrada de Santa Catarina.

Fiquei muito triste quando li, também na semana passada, uma manifestação no jornal do Sintespe, uma crítica ao governador do estado de Santa Catarina por ele estar batalhando para trazer para cá, como está

trazendo, efetivamente, o maior evento de turismo internacional, que é o WTTC que vai acontecer em maio do ano que vem. Estão criticando o governador por essa iniciativa porque há ainda problemas na área da educação para serem resolvidos. Mas não podemos vincular uma coisa com a outra. Se existe esse esforço para atrair um evento de tamanha proporção, que se faça porque é isso que vai fazer com que se gere mais oportunidade de trabalho e renda para nossa gente, e é isso que vai trazer a riqueza aqui para o nosso estado.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - A questão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz - e ocorreu essa internacionalização na nossa administração - é uma vergonha porque já houve uma licitação e não apareceu nenhum concorrente. E na época aqui foi justificado, dizendo que não faltaria dinheiro, que havia recursos em nível nacional e que seria refeita a licitação.

Pois bem, agora vem uma reportagem dizendo que será somente em 2012. Nós estamos com esse congresso mundial sobre o turismo e a questão da Copa, em 2014. Também temos mais de dois milhões de passageiros/ano que passam por esse aeroporto. Portanto, é realmente na questão do Mercosul o ponto central, e realmente poderia se transformar em questão estratégica para o desenvolvimento do nosso estado.

Então, acho que temos que fazer uma frente parlamentar com v.exa., que é do setor, manifestarmos e pedirmos urgência porque não é falta de recursos. V.Exa. sabe muito bem que esses aeroportos estão sendo reformados e paga-se muito para viajar. E uma parte desses recursos vai para melhorar os aeroportos em todo estado e em todo o país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço a manifestação de v.exa.!

Efetivamente, nós temos que nos mobilizar, quem sabe até constituir uma comissão de parlamentares de Santa Catarina para, junto com a nossa bancada federal, sensibilizar os dirigentes da Infraero para que se faça os investimentos necessários para dar condições de o Aeroporto Hercílio Luz receber aqui os turistas que têm vontade de conhecer Santa Catarina, já que o nosso estado foi eleito pelo segundo ano consecutivo o melhor destino turístico na visão do turista.

É importante ressaltar também que a economia chinesa, hoje, está passando por uma dificuldade bastante grande, em função da crise internacional. Mas há algumas particularidades que merecem ser colocadas. A China tem um poupança interna equivalente a 48% do seu PIB, enquanto a poupança interna no Brasil é de apenas 16%. E isso faz com que aquele país tenha recursos, agora neste momento de crise, para investir em infra-estrutura, melhorando a sua condição para, assim que passar essa crise mundial, retornar com muita força.

Existe uma vontade bastante grande dos chineses de fazer investimentos em Santa Catarina. Para isso precisamos organizar missões...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de registrar, sr. presidente, que amanhã, quarta-feira, esta deputada e o deputado Pedro Uczai estarão participando do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Professores, que acontecerá amanhã, às 10h, no Congresso Nacional, na capital federal.

Estaremos representando esta Casa neste evento de suma importância, fazendo sempre, deputado Darci de Matos, a defesa do magistério e dos professores para que Santa Catarina possa, de uma vez por todas, implementar esse piso para essa categoria tão importante.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo registrar, com satisfação, a presença nesta sessão do sr. Antônio Carlos Costa, presidente do PSDC estadual; do sr. Ezeiel José dos Santos, presidente estadual do PT do B; da Terezinha Ricardo, presidente municipal do PT do B de Joinville; e do presidente municipal do PHS, o amigo Paulo Ramos Pereira.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero aqui cumprimentar também o prefeito eleito de Trombudo Central, Sílvio Venturi, que está acompanhado dos vereadores Álvaro Melchiorreto e Luiz Carlos Fachini, bem como do sr. Odi. Eles fazem parte dessa caravana que veio visitar esta Casa e acompanhar os nossos trabalhos.

Saudamos também todos os senhores que estão-nos assistindo através da TVAL e aqueles que nos ouvem através da Rádio AleSC Digital.

Quero ainda saudar o nosso correligionário do PSDB de Rio Negrinho, Miguel Braz Alves Fernandes, e em seu nome saudar tantos tucanos pelo estado de Santa Catarina que, juntamente conosco, junto com os seis deputados estaduais, junto com os nossos secretários de estado da Saúde e da Educação, o secretário de Turismo, o presidente do Badesc, mobilizam a sociedade e estimulam todos para que possamos fazer um bom trabalho pelo estado de Santa Catarina.

Mas gostaria, sr. presidente, de dizer que encaminho hoje, através da Mesa desta Casa, um requerimento ao deputado federal e secretário de estado da Educação, Paulo Bauer.

Rio Negrinho é uma cidade com mais de 40 mil habitantes e tem perto de 30 mil eleitores. A Escola Jorge Zipperer está localizada num grande bairro, talvez o maior de Rio Negrinho, que tem de seis a dez mil habitantes, o Vila Nova. Lá no colégio já havia o ensino fundamental e o ensino médio, e há alguns anos foi suspenso o ensino médio. Nós estamos fazendo um requerimento para pedir ao secretário que o reabra, por pedido e exigência da comunidade não só de Vila Nova, que é o maior bairro, mas também dos bairros Industrial Sul e Industrial Norte, dos Loteamentos Paulo Beckert e Morada do Sol, do bairro Serrinha e do Campo Lençol. De todas essas localidades e bairros os alunos acorriam à Escola Jorge Zipperer, e assim tinha-se um colégio com mais de um mil alunos só no ensino médio. Reabrindo o ensino médio,

estariamos poupando aquela multidão de adolescentes que teria que se deslocar daquele bairro, do bairro da Vila Nova ou daquela proximidade, até o centro, que é uma distância de mais de quatro ou cinco quilômetros.

Além disso, de estar distante das suas casas, todos os senhores fazem idéia dessa luta que as famílias têm contra as drogas. Quanto mais próximo da sua casa o filho estiver estudando, maior será o controle por parte da família e maior será o controle social. Enfim, haverá maior envolvimento da família e também da escola.

Por isso, sr. presidente, fiz esse requerimento pedindo o apoio dos nobres pares desta Casa para que se reabra o ensino médio lá na Escola Jorge Zipperer, no bairro Vila Nova, em Rio Negrinho.

Em segundo lugar, quero saudar, de uma forma muito especial, o deputado Décio Góes que, como presidente, tem dirigido os trabalhos com relação ao Código Florestal. Ele tem percorrido os municípios, juntamente com a grande maioria dos deputados desta Casa, cada um dando prioridade, naturalmente, às regiões do seu colégio eleitoral, e a discussão com a sociedade sobre o novo Código Ambiental está sendo importante.

Santa Catarina precisa, urgentemente, dar agilidade aos seus investimentos; valorizar os empreendedores; respeitar e valorizar os nossos agricultores. Mas há também que se fazer uma lei rapidamente para dar-lhes segurança. E também, para garantir o respeito ao meio ambiente, é preciso que se aprove esse Código Ambiental do qual o deputado Décio Góes tem dirigido as discussões muito bem.

Na verdade, todos nós somos fruto de gerações que não deram muita importância ao meio ambiente; não se tinha noção para que servia o mato, para que serviam todos os elementos: o ar, a água, os animais, as árvores. Há quatro ou cinco décadas destruiu-se o quanto se podia, até porque não se tinha noção da sua importância.

Agora que temos o conhecimento científico da sua importância, é claro que a sociedade está mudando. E precisamos mudar o hábito, o nosso jeito de lidar com o meio ambiente. Esse hábito nós vamos mudar todos juntos. E para que isso aconteça nada melhor do que um código, uma lei para que todos respeitem, para que todos promovam o meio ambiente e, ao final, tenhamos garantida uma qualidade de vida boa para todos e, ao mesmo tempo, possamos desfrutar do progresso e dos investimentos que são imprescindíveis para toda a sociedade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Serafim Venzon, eu tenho participado de algumas audiências públicas às quais v.exa. se referiu, muitas delas frequentadas pela comunidade, pelos deputados, e esse Código Ambiental é fundamental e vem em boa hora.

Há vários pontos fundamentais e, no meu entendimento, dois pontos são relevantes. Primeiro, precisamos reduzir o tempo de análise, por parte dos técnicos da Fatma, dos licenciamentos, que demoram meses ou até anos. Isso é um absurdo! Esse atraso nos licenciamentos dificulta, sem dúvida alguma, o desenvolvimento em Santa Catarina.

O outro ponto fundamental é aquilo que nós vamos esbarrar no Código Florestal, que diz respeito aos 30m para qualquer curso de água. Então, uma propriedade com cinco ou dez hectares, cortada por rios, fica inviabilizada. E é muito mais grave ainda quando se aplica o Código Florestal na área urbana, como Joinville. A cidade fica inviabilizada.

Assim, há muitos pontos importantes, mas esses dois são fundamentais e devem ser discutidos. E tenho certeza de que, através do debate com a sociedade civil organizada, haveremos de promover o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina e preservar o nosso meio ambiente, que é fundamental.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Darci de Matos.

Inclusive, para melhorar essa sua proposta, eu já apresentei aqui nesta Casa uma proposta de que o governo do estado poderia instalar nas 36 Regionais que nós temos espalhadas no estado de Santa Catarina, uma gerência com uma pequena estrutura da Fatma para que se dê agilidade na análise dos projetos a fim de que não fiquem travando o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, respeite-se o meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0259, 0260, 0263, 0265, 0267, 0268, 0270, 0271, 0272, 0278, 0279, 0280, 0281, 0282, 0284, 0285, 0289, 0290, 0291, 0292, 0295, 0296, 0297, 0299, 0300, 0301, 0302, 0303, 0304, 0305, 0308, 0309 e 0313/2008.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0243/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s. 0416 e 0417/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0418/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig e 0419/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos formandos do curso de Pedagogia da Unisul, de Braço do Norte, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Martinho, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lauro Müller, cumprimentando-os pela inauguração de obras em benefício da comunidade daquele município.

A Presidência defere plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao historiador Dilney Cunha, cumprimentando-o pelo lançamento do livro *História do Trabalho em Joinville*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da empresa Design Inverso, de Joinville, cumprimentando-o pelo recebimento do Prêmio Internacional *Worldstar*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, cumprimentando-o pela eleição como membro da Academia Portuguesa da História.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações dos Comerciantes de Material de Construção, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Joinville, cumprimentando-o pela posse na nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Andreo Adriane Tavares, cumprimentando-o pela realização do 31º Rodeio Crioulo Nacional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unisul, cumprimentando-o pela conquista do título do Campeonato Catarinense Sub-20 de Futsal 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Lira Tubaronense, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao professor José Ernesto de Fávani, cumprimentando-o pelo lançamento do livro *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos*.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a apresentação e a aprovação de emendas que assegurem recursos financeiros no Orçamento Geral da União para restauração e duplicação das Rodovias BR-282 e BR-163.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio na aprovação do Projeto de Lei n. 0058/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os sr. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu falava no pronunciamento anterior da reunião que teremos, amanhã, às 9h, na secretaria de Segurança. Será mais uma reunião para tentar ouvir por parte das autoridades do governo uma proposta concreta com relação ao pagamento da Lei n. 254.

Faz três anos que os servidores da Segurança Pública estão com seus salários congelados, e há uma lei que já foi aprovada cinco anos atrás. Inúmeras manifestações nesta tribuna foram feitas. Tivemos infinitas reuniões de praças no estado inteiro, bem como manifestações dos praças; incontáveis contatos com as autoridades do governo no sentido de abrir efetivamente a negociação e até agora, nada! Três anos, um mês e oito dias sem nenhuma proposta concreta por parte do governo de incremento salarial para os servidores da Segurança.

Evidentemente, é uma situação absurda e inaceitável, incompreensível até num estado que teve incremento da receita durante cinco anos consecutivos, todos os meses. Aliás, já estamos no final do sexto ano do governo Luiz Henrique da Silveira, e houve incremento na receita todos os meses, sem exceção. O estado tem uma receita que cresceu muito mais do que a inflação: uma receita que cresceu, evidentemente, muito mais do que o salário dos servidores públicos.

E, na reunião de quinta-feira passada - com enorme expectativa por parte de toda base da Segurança ou de toda a Segurança Pública, mais de 24 mil servidores na ativa e na reserva - o secretário de Articulação veio sem nada na mão e com umas frases estranhas, difusas, jogando o debate para o além, falando em receita futura, falando que o estado precisa ter uma política salarial - porque, infelizmente, até agora o governo não conseguiu ter uma política salarial -, e que, portanto, dependeria do aval da Assembleia Legislativa, aqui, desta Casa, e de nós, deputados estaduais.

Um discurso estranho para quem está a seis anos no governo. É um governo de oito anos, com uma eleição e uma reeleição. Num governo de oito anos, o secretário de Articulação, que é o chefe da Casa Civil, como se falava alguns anos atrás, no final do sexto ano, vem lamentar por não existir uma política salarial em Santa Catarina.

Mas a responsabilidade é justamente dele desde janeiro de 2003, e do outro, que era o secretário da Casa Civil antes. A responsabilidade é desta secretaria, que agora se chama Secretaria de Estado da Articulação Estadual. E aí vem no fim do sexto ano reclamar que não tem uma política salarial.

Não entendemos esse discurso. Até o deputado Pedro Baldissera, no seu pronunciamento, alguns minutos atrás, reclamava da ausência de uma política salarial. E agora o governo vem dizer: "Pois é! Não temos uma política salarial. Que tal nós discutirmos uma política salarial para os servidores estaduais?" Seis anos depois, a dois para terminar o segundo mandato. Sinceramente, pareceu-me que estavam debochando da cara dos servidores públicos e foi o isso que pronunciamos naquela reunião.

O que nós, servidores da Segurança Pública, queremos, precisamos e estamos reivindicando, há cinco anos, é o pagamento da Lei n. 254, que é a política salarial de todos os servidores do sistema de Segurança Pública. Foi aprovado aqui nesta Casa há mais de cinco anos. Fez cinco anos na semana passada. Foi debatido em 17 reuniões, com a presença de todos os interessados, coordenadas pelo então secretário da Segurança Pública, João Henrique Blasi, hoje desembargador. E, agora, cinco anos depois, no final do sexto ano do governo, o chefe da Casa Civil vem dizer que é uma pena não haver uma política salarial em Santa Catarina, e que depende do aval da Assembleia e da receita futura. Não!

A nossa categoria, os servidores de Segurança Pública não aceitam mais postergação, não aceitam mais embromação dessa natureza. A expectativa que havia naquele dia, na quinta-feira, foi frustrada, aumentando ainda mais a revolta, a angústia e o desespero do servidor público da Segurança.

Eu sinceramente não sei o que vai acontecer a partir de amanhã se o governo não trouxer uma proposta concreta para pagar a Lei n. 254, na reunião de amanhã.

Eu não sei o que vai acontecer, porque os meus companheiros, os meus irmãos de farda já, depois da reunião de quinta-feira, ficaram mandando-me mensagens, telefonando e dizendo: "Soares! Cinco anos passaram e tu vais continuar participando de mais uma reunião para marcar mais uma reunião para semana que vem, para 15 dias, depois mais outra, e o governo nunca trás nada na mão. Soares! Já passou da hora de agirmos. Soares, estamos prontos e em condições. Pode ser qualquer dia, diga o horário, diga o local, que estaremos lá".

Parece que o governo está brincando com fogo, está pagando para ver o que é capaz de fazer a minha categoria, a nossa categoria, o que são capazes de fazer os servidores, os únicos servidores neste estado que juram a própria vida para defender a sociedade e efetivamente morrem para defendê-la, como tem acontecido numa velocidade cada vez maior e de forma mais freqüente.

As esposas e os familiares dos praças estarão presentes amanhã aqui na sessão, porque estão perdendo os seus maridos, os seus familiares, os seus filhos, os seus pais. Cada mês tem morrido um servidor da Segurança Pública, um policial, um bombeiro. E aparecem alguns, perdoem-me a expressão, "bocas alugadas", para dizer que temos que ter calma e negociar.

Ora! Nós estamos há cinco anos querendo negociar todos os dias. O governo é que não faz propostas. E os nossos companheiros - na sua maioria endividados, também por responsabilidade dos administradores, muitos sem salários para receber - vestem a farda, calçam uma arma e vão defender a sociedade catarinense, colocando em risco a própria vida.

Essa situação precisa se resolver o mais rápido possível, e nós temos, sim, expectativa na reunião de amanhã, às 9h, na secretaria de Segurança Pública. Por isso, não poderemos participar dos outros compromissos desta Casa, como da audiência pública do Código Ambiental ou da reunião que discutirá a nova legislação estadual de alvarás, portarias e licenças, porque estaremos nessa reunião tentando resolver esse problema de cinco anos.

Srs. deputados, espero que possamos ter amanhã uma proposta concreta por parte do governo para que parem de dizer que não queremos negociar. Talvez seja tarde para negociar daqui a uma semana, dez ou 15 dias, mas ainda continuamos à disposição para negociar antes de agir. E agiremos com a força, com a capacidade que temos como servidores da Segurança Pública.

O mandato deste parlamentar está integralmente à disposição dessa luta, inclusive, para deixar de existir se for necessário para esta luta, mas não chegará o verão sem termos uma proposta concreta do cumprimento da Lei n. 254, ou, não teremos verão, ou seja, os praças, seus familiares, as esposas estarão nas ruas e em outros lugares de Santa Catarina para fazer prevalecer essa necessidade e essa verdade.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, por indicação do deputado Antônio Aguiar, ontem aconteceu uma audiência pública para fazer uma avaliação sobre o desempenho do SUS em Santa Catarina. Estavam presentes mais de 200 pessoas, se destacando naturalmente a equipe da secretaria da Saúde, os deputados, diretores dos hospitais, bem como os donos de laboratórios, enfim, os prestadores de serviços do SUS em Santa Catarina.

O SUS, na verdade, é um modelo, um exemplo e um orgulho para o Brasil e para o mundo, do jeito que é esquematizado. Para v.exas terem uma idéia, por exemplo, os Estados Unidos, que é um país rico, têm 45 milhões de pessoas que são atendidas nos hospitais por misericórdia. Só são atendidos se estiverem gravemente enfermos e alguém tiver compaixão, mas não porque eles tenham direito. Lá funciona muito o esquema de cada um contratar a sua empresa de seguro saúde, e aqueles que não têm ficam à margem.

No Brasil, graças ao SUS, todas as pessoas que chegam à porta do hospital são atendidas, não importa se for brasileiro ou não, chegando ao hospital é atendido. Pergunta-se o nome só por uma questão médico/paciente, para que o doente seja chamado pelo seu nome, mas não para ser excluído, para ser identificado e não ser atendido.

Então, o nosso sistema SUS, é um modelo extraordinário. E vejo aqui adentrando ao plenário e acompanhando o meu pronunciamento o deputado Dado Cherem, que tem sido um brilhante deputado, mesmo com todas as dificuldades que temos em Santa Catarina, tem vencido todos os obstáculos. Mas mesmo assim, existem alguns detalhes que foram realçados nessa comissão.

Primeiro, que em todos os hospitais a grande dificuldade é o financeiro. Há um mês nós tivemos uma reunião com os diretores de hospitais, que trouxeram alguns *experts* em administração hospitalar, que diziam que o grande problema do hospital é a gestão dos recursos públicos, e que ainda não se achou alguém que consiga fazer funcionar um hospital com os recursos que são disponibilizados.

Então, o financeiro é, sim, o grande problema que faz com que os hospitais tenham todas estas dificuldades. E aí para melhorar o financeiro, temos várias alternativas. Uma delas é melhorar o nosso teto, ou seja, a participação de Santa Catarina no SUS Nacional. Acontece que, historicamente, nos últimos dez ou 15 anos, muitos pacientes de Santa Catarina e daqui do litoral eram atendidos em Porto Alegre, porque o serviço médico de lá atendia adequadamente e outros eram atendidos em Curitiba.

Os catarinenses, de Joaçaba para lá, nem torcem pelo Figueirense, já torcem direto para o Grêmio ou para o Internacional. Quer dizer, quando eles tinham que ir ao médico também se dirigiam aos hospitais do Rio Grande do Sul. Então, de Mafra para lá, Curitiba é uma cidade muito mais próxima do que Florianópolis, pois a nossa capital sempre foi uma cidade distante para a região do planalto norte, do meio-oeste e do oeste de Santa Catarina. Ora, isso fez com que o nosso histórico aparecesse no estado do Paraná ou no estado do Rio Grande do Sul.

Então, hoje o nosso teto *per capita*, se fosse parecido ou semelhante com o do Paraná ou do Rio Grande do Sul, nós teríamos aportados para Santa Catarina mais de R\$ 17 a 20 milhões. Naturalmente, um dinheiro significativo num sistema de saúde tão carente.

Em segundo lugar, precisamos nos mobilizar para que seja regulamentada a Emenda n. 29. Quando eu era deputado federal conseguimos aprovar a emenda n. 29, na qual asseguramos que quem mantém o SUS é o governo do estado, o governo federal e o município. E com essa emenda que nós aprovamos, o município tem que participar com 15%, o estado com 12% e a União participaria com 10% do seu Orçamento. A regulamentação de todo o detalhamento dessa emenda ainda não aconteceu. E nós acreditamos que quando isso acontecer nós teremos, sim, um aporte significativo para o nosso sistema poder atender as necessidades básicas da grande maioria dos hospitais.

Os hospitais hoje têm como renda, digamos, a parte do governo do estado, do governo federal e dos municípios e muitos contam com a participação da sociedade, através de compra de rifas, de festas, de doações espontâneas ou ainda pagando os seus procedimentos quando usufruem de uma acomodação melhor no hospital.

Além disso, quero enumerar que além do teto financeiro precisamos, primeiro, melhorar o que se chama de *per capita*; segundo, a regulamentação da emenda n. 29 e, terceiro, criarmos condições para o estado também possa participar com algo a mais do que 12% que é obrigatório por lei. Neste sentido temos dois projetos: primeiro, um projeto do deputado Professor Grandó, que prevê que 10% das multas aplicadas aos veículos fossem utilizados para auxiliar os hospitais. E assim, quando alguém pagasse uma multa, pelos menos teria certo conforto por saber que 10% daquele valor seria dirigido aos hospitais; o segundo, viria de uma ajuda do Fundo Social para os hospitais, pois o fundo basicamente auxilia o esporte, o turismo, a cultura em Santa Catarina, e destina até valores significativamente altos. Fica até constrangedor para nós, deputados, ajudarmos muitas vezes algum clube, uma associação que até precisa, mas sabemos que o hospital ao lado precisa muito mais. Então, seria importante se pudéssemos, pelo menos, participar com uma parte também para o hospital.

Outra maneira seria buscando algumas isenções, como da taxa de água, de energia. Esses hospitais trabalham com valores tão pequenos que a menor ajuda passa a ser significativa.

Então, sr. presidente, quero pedir o apoio especial desta Casa para que nos mobilizemos, principalmente, em função dessas quatro questões: primeiro, para melhorar o teto financeiro. Sei que é uma luta do secretário da Saúde, da equipe da Saúde, mas precisa receber o apoio desta Casa; segundo, que esta Casa se mobilize junto ao Congresso Nacional para que seja regulamentada a PEC n. 0029 e, terceiro, que nós possamos, através do Fundo Social, também participar na conta dos hospitais, assim como participamos no esporte e na cultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria de registrar a presença na Assembléia Legislativa do nosso prefeito de Sombrio, José Milton Sheffer, assim como do nosso prefeito de São João Batista, Aderbal Manoel dos Santos.

Muito obrigado pela presença dos senhores. Sejam bem-vindos a esta Casa! Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o eminente deputado Décio Góes. (O deputado declina.)

Com a desistência do deputado Décio Góes, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que serão destinadas à Ordem do Dia da 90ª Sessão Ordinária, de 19 novembro de 2008, as seguintes matérias:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2008, de autoria do deputado Ismael dos Santos;

Discussão e votação em turno único do projeto de lei n. 0280/2008, de autoria do deputado Julio Garcia;

Discussão e votação e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0296/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2008, de autoria do deputado Valmir Comin;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig;

Discussão e votação em turno do Projeto de Lei n. 0313/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0186/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0264/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 032-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Fórum Permanente para acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Santa Catarina, integrado pelos Senhores Deputados

Gelson Merísio, Edison Andriano, Silvio Dreveck, Décio Góes, Serafim Venzon, Jean Kuhlmann, Sargento Amauri Soares, Professora Odete de Jesus e Professor Grandó, objetivando a integração dos setores produtivos e acadêmicos no desenvolvimento de novas tecnologias e na criação de mecanismos para formação de profissionais nas áreas científicas e tecnológicas.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador- Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1669ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1669ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2061/08, de Cassandro Baptista Cândido e Ofício SEPRO nº 135/08 de 06/11/08, Interessada: Marta Maria Villauba Falcão Fabre - Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região de Santa Catarina "Acórdão do Processo RO 03006-2007-050-12-00-4, Reclamante: Renato Isaura Júnior, Reclamado: Administração do Porto de São Francisco do Sul". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2059/08, de Inês Wollinger Conceição; Processo nº 0762/08, de Waldir Roesner;

Ofício nº 279/08 de 20/10/08, Interessado: Evândio Souza - Diretor de Controle da Administração Estadual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina "Processo APE-08/00389727, aposentadoria de José Jair Ribeiro Vieira"; MEMO nº 0355/08, de 29/10/08, Requerente: Procurador-Geral da República "prestar informações na ADI nº 4159" e MEMO nº 0365, de 07/11/08, Impetrante: Agenor José Cardoso e Impetrado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina "Mandado de Segurança, nº 2008.063353-5, Capital". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos Processos: Processo nº 2064/08, de José Filomeno Neto; Processo nº 1928/08, de Rosana Bunn Zacchi e Consulta - Of. CL nº 734/08 de 03/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão e de Contrato- aquisição de carteiras de identidade com logomarca da ALESC para os Deputados e ex-Deputados". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, retirados de pauta pelo relator o Processo nº 2062/08, de Lino José Damiani Destro e a Consulta - Of. CL nº 738/08 de 05/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade - apoio financeiro para a Associação Catarinense de Ministério Público para Evento em Florianópolis". Continuando, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 023040489992-000-001 de 20/10/08, Autos: nº 023.04.048999-2 - Mandado de Segurança/Lei Especial, Impetrantes: Ariana Pavanato Correa e outra, Impetrado: Presidente do IPESC. 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2060/08, de Ilce Maria Graebin. O relator deu conhecimento do parecer exarado no Ofício nº 040/2008/PROJ012 de 03/11/08, Interessado: João Paulo de Souza Carneiro - Procurador-Geral do Estado em

Joinville, Autos nº 038.08.026594-1, Autor: Paulo Cezar Machado e outro, Réu: Estado de Santa Catarina. 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2065/08, de Walbia Salette Bittencourt Corrêa. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2063/08, de Jair José Farias. 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2058/08, de Epitácio Bittencourt Sobrinho. Continuando, o relator retirou de pauta o Processo nº 1965/08, de Walmir de Oliveira Matos e a Consulta - Of. CL nº 739/08 de 05/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de trezentos exemplares 'Grandes temas do Direito Administrativo' de autoria do Desembargador Volnei Ivo Carlin". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1842/08, de Lúcia de Fátima Martorano Vieira Mães. O relator deu conhecimento dos pareceres exarados nas Consultas - Of. CL nº 746/08 de 07/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Dispensa de Licitação - ICARO Táxi Aéreo para transportar o Deputado Edson Renato Dias (Piriquito) de Brasília para Navegantes" e a Consulta encaminhada pelo Coordenador de Divulgação e Serviços Gráficos em 06/11/08 "impressão de material - legalidade". Retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Luiz Alberto Seccon o Processo nº 1533/08, Ione Terezinha Reis de Melo. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 19 de novembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2008.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA.

As treze horas do dia vinte e oito de maio, do ano de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor Deputado Darci de Matos, o senhor Deputado Manoel Mota, o senhor Deputado Professor Grandó, e o senhor Deputado Silvio Dreveck; contando, ainda, com a presença do senhor Deputado Jean Kuhlmann. Configurado o quorum regimental o senhor Presidente abriu a presente reunião, cumprimentando a todos. Ato contínuo colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. A seguir foi lido Requerimento do senhor Deputado Pedro Uczai para a realização de uma audiência Pública com o tema "o ensino religioso no sistema estadual de educação de Santa Catarina", a ser realizada no mês de junho. O dia, horário e os convidados serão definidos entre as assessorias desta Comissão e do gabinete do Deputado subscritor. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido ofício do senhor Deputado Padre Pedro Baldissera solicitando a realização de uma audiência pública no dia 09 de junho próximo para "tratar do Programa de Alimentação Escolar em Santa Catarina". Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Darci de Matos comunicou a todos sua renúncia ao cargo de Presidente e membro desta Comissão, agradecendo a colaboração de todos durante o período de sua gestão. A partir desse momento, assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Deputado Manoel Mota, na qualidade de membro mais idoso da Comissão. O senhor Presidente leu o ofício 233/08 do senhor Deputado Gelson Merisio, Líder da Bancada do DEM, informando que o senhor Deputado Jean Kuhlmann substituirá o senhor Deputado Darci de Matos nesta Comissão. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Jean Kuhlmann, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. Após a eleição o Deputado eleito assumiu a Presidência dos trabalhos, agradecendo a confiança depositada pelos membros da Comissão. Nada mais a tratar, o senhor Presidente Deputado Jean Kuhlmann, agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, a qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo Senhor presidente.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2008.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente da C.E.C.D.

*** X X X ***

ATA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 25ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: Décio Góes, Gelson Merisio, Marcos Vieira, Jandir Bellini, Manoel Mota e a deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 24ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente registrou a presença do senhor Promotor de Justiça, Dr. Alessandro Teixeira da Cruz e concedeu a palavra à deputada Professora Odete de Jesus, que passou a relatar o Of. 0220.7/2008, voto vista favorável ao voto do relator, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer do relator deputado José Natal Pereira, ainda com a palavra, a deputada Professora Odete de Jesus passou a relatar o PLC/0030.2/2008, voto vista favorável

ao relator, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os deputados Décio Góes, Gelson Merisio, Marcos Vieira e Jandir Bellini expressaram-se por nada a relatar. Dando continuidade, o Presidente Jorginho Mello lembrou aos presentes da Audiência Pública sobre a "crise financeira que abala o mundo e seus reflexos em Santa Catarina", que realizar-se-á no dia dezoito do corrente mês no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, deu ciência também do Of. 1908/2008 recebido por essa comissão, que notifica o crédito de R\$ 49.211,10 (quarenta e nove mil, duzentos e onze reais e dez centavos) valor este que se encontrava sob bloqueio, sem a manifestação dos membros da Comissão, o Presidente passou a palavra para o deputado Décio Góes, que solicitou notícias do calendário para o recebimento das emendas para o Plano Plurianual (PPA) e sua tramitação nesta Casa Legislativa, o deputado Jorginho Mello, respondeu que sua assessoria iria providenciar junto ao relator e oportunamente seria distribuído aos deputados. Sem mais discussões entre os presentes, o Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, onde, para constar eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As dezoito horas do dia onze de novembro do ano de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do senhor Deputado Reno Caramori, o senhor Deputado Décio Góes, o senhor Deputado Serafim Venzon e senhor Deputado Sargento Amauri Soares. Abertos os trabalhos o senhor Presidente Deputado Reno Caramori, colocou em discussão e votação o Projeto de Lei PL/0186.4/2008. Ementa: Denomina Artur Pagani o trecho da Rodovia SC - 439 entre os Municípios de Rio Rufino e Urupema, de autoria do senhor Deputado Marcos Vieira, relatado pelo senhor Deputado Sargento Amauri Soares, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1931/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 045/2008, referente à aquisição combustível (gasolina e álcool comum), obteve o seguinte resultado:

Lote Único -Aquisição de combustível (gasolina e álcool comum)

Vencedora: Floripetro Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 4,20

Florianópolis, 19 de novembro de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato Nº 165/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 072/2008, celebrado em 10/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Visual Signs Sinalização Instantânea Ltda. - ME

OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos (Banners e Letras) para a

TVAl, com instalação e montagem no local, a serem fabricados

conforme projeto e detalhamento de arquitetura, de acordo com as

especificações constantes dos lotes n.º 05 e 06 do Edital, seus

anexos, e com as condições propostas pela CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.990,30.

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data

de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus

efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos, pactuado em 02

anos, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02: Pregão Presencial

nº 040/2008; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0070/2008 e

0074/2008 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as

cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 10 de novembro de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Francisco Paula da Silva Neto- Visual Signs Sinalização Instantânea Ltda. - ME

*** X X X ***

EXTRATO 166/2008

REFERÊNCIA: 3ª PUBLICAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO CL Nº 001/2008, 002/2008, 003/2008, 004/2008, 005/2008, 006/2008, 007/2008 E 012/2008.

DATA REALIZAÇÃO CERTAME: 12 de maio de 2008

OBJETO: Fornecimento De Material De Expediente

VIGENCIA DA ATA: 01 (um) ano, até 12 de maio de 2009

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

Lote 01

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITARIO
1	almofada p/carimbo nº 03, tamanho 12,7x 9,9 cm, sendo 15 na cor preta e 15 na cor azul.	JAPAN	R\$ 1,35
2	apontador em material plástico com um furo e lâmina de aço temperado prático cores sortidas p/lápis convencional.	CIS	R\$ 0,18
3	apagador p/quadro branco piloto corpo em plástico de alta resistência, superfície interna em espuma e base em feltro.	PILOT	R\$ 3,15
4	bandeja p/expediente/papel (caixa p/correspondência), em acrílico, com 2 (dois) compartimentos, medindo 35 x 26cm cada bandeja, com separadores de metal, na cor fumê, tamanho ofício.	WALEU	R\$ 11,70
5	bandeja p/expediente/papel (caixa correspondência), em acrílico, com um compartimento, medindo 35 x 26 cm, na cor fumê tamanho ofício.	WALEU	R\$ 5,85
6	barbante de algodão 4/8 pesando 250g cada rolo	SÃO JOAO	R\$ 1,80
7	base de plástico p/copo descartável de 50 ml	DAC	R\$ 0,09
8	bobina 57/60 papel acetinado p/máquina calcular	SALFER	R\$ 0,50
9	bobina papel p/fax tamanho 216mmx30m	MAXPRINT	R\$ 2,88
10	borracha branca medindo 30 mm x 40 mm.	SUPER	R\$ 0,13
11	caixa de arquivo morto, medida externa 25 x 36 x 13 cm, confeccionada em papelão formado por duas capas kraft (uma externa e outra interna) e miolo reciclado gramatura de 385 mg/m³, fundo com corte vinco espessura mínima de 2,5 mm, esmagamento mínimo de 1,8 kgf/cm, coluna 5,0 kgf/cm², mullen 6,8 kgf/cm².	INAWA	R\$ 0,72
12	caneta esferográfica, corpo em polietileno transparente e incolor, ponta média (1mm) de tungstênio, na cor azul.	SLIM	R\$ 0,15
13	caneta esferográfica, corpo em polietileno transparente e incolor, ponta média (1mm) de tungstênio, na cor preta.	SLIM	R\$ 0,15
14	caneta esferográfica, corpo em polietileno transparente e incolor, ponta média (1mm) de tungstênio, na cor vermelha.	SLIM	R\$ 0,15
15	caneta marca texto fluorescente, 750 na cor verde e 750 na cor amarela .	GOLLER	R\$ 0,44
16	clips arame aço niquelado nº 1 caixa c/100 unidades	ACC	R\$ 0,68
17	cola branca a base de água lavável não tóxico em tubo 40g	ARTMAX	R\$ 0,28
18	corretivo líquido a base de água, frasco c/ 18ml	ARTMAX	R\$ 0,40
19	"disquete 3,5" 1,44mb, 2hd, alta densidade, formatado para: dos/windows.	PENGO	R\$ 0,33
20	elástico latéx n.18 caixa 25 gramas	MAMUTH	R\$ 0,45
21	extrator de grampos, tipo espátula, inoxidável, medindo 14 x 16 cm x 10,5mm.	MARCARI	R\$ 0,90
22	filtro de papel p/café nº 103 caixa com 40 unid.	MELITA	R\$ 1,35
23	fita adesiva larga transparente medindo 50mmx50m	ADERE	R\$ 1,17
24	fita adesiva transparente tamanho 12mmx30m tipo polipropileno	ADERE	R\$ 0,29
25	fita cassete p/gravador, tamanho 10cmx7cm 60 minutos original	EMTEC	R\$ 1,67
26	folha de papel almaço com pauta	DATAPEL	R\$ 0,03
27	folha de papel embrulho kraft 80g/m² medindo 90x60	SAMPA	R\$ 0,18
28	grampo trançado nº 01 caixa com 12	RG	R\$ 1,17
29	grampeador médio com estrutura metálica de alta resistência, p/grampos 26/6, com capacidade p/grampear 20 folhas com base antiderrapante.	LYKE	R\$ 5,40
30	grampo p/grampeador, cobreado, 26/6, caixa com 5.000 unidades.	GARFEX	R\$ 1,17
31	grampo tipo trilho inox, caixa com 50 unidades	IARA	R\$ 3,60
32	lápis preto 2b	CIS	R\$ 0,09
33	lápis preto 6b	EBRAS	R\$ 0,36
34	livro ata capa dura pautado com 100 folhas numeradas, sem margem, tamanho 22 x 32 cm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56 gr/m².	FORONI	R\$ 3,60
35	livro ata capa dura pautado com 50 folhas numeradas, sem margem, tamanho 22 x 32 cm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56 gr/m².	FORONI	R\$ 2,70
36	livro protocolo de entrega de correspondência, capa dura com 100 folhas numeradas.	FORONI	R\$ 2,52
37	pincel com ponta cônica p/quadro branco, 300 na cor azul, 250 na cor vermelha e 250 na cor preta.	LYKE	R\$ 0,81
38	papel carbono tamanho ofício caixa com 100 folhas cor azul	HARDCOPY	R\$ 10,00
39	papel tipo contacto transparente auto-adesivo, rolo com 25m	PLAVITEC	R\$ 0,90
40	pasta classificadora capa dura lisa plastificada com trilho cromado.	TIMPEL	R\$ 1,00
41	pasta az lombada estreita tamanho ofício com ferragem cromada	MARCARI	R\$ 2,70
42	pasta cartolina plastificada, com elástico medindo 25 x 35 cm.	ICL	R\$ 0,39
43	pasta az lombada larga, tamanho ofício com ferragem cromada	MARCARI	R\$ 3,00
44	pasta catálogo capa preta com 10 plásticos, medindo aproximadamente 33 x 24 cm	DAC	R\$ 1,71
45	pasta suspensão, plastificada, corpo em cartão com gramatura aproximada de 330 g, visor e com varão em aço.	ICL	R\$ 0,50
46	pasta em I polipropileno, espessura 0,18 por 210x297mm.	POLIBRAS	R\$ 0,35
47	perfurador metálico com capacidade de no mínimo 20 folhas 75g/m².	LYKE	R\$ 7,20
48	pincel atômico, medindo 12 cm de comprimento com ponta de feltro retangular com escrita medindo 7,5 mm x 3,5 mm de espessura, tinta à base de álcool, sendo 400 na cor azul, 300 na cor vermelha e 300 na cor preta, embalagens com 12 unidades e acondicionados em caixa.	HELIOS	R\$ 1,08
49	plástico com furo p/pasta catálogo, com 04 furos, medindo 31x23cm.	DAC	R\$ 0,04
50	conjunto único de acrílico ou plástico, com porta canetas/clips/ recados, na cor preta ou fumê medindo 9,5 x 10 x 9,5cm	TKS	R\$ 4,50
51	régua plástica transparente, espessura mínima de 3mm e 35mm de largura, graduada em 30cm.	WALEU	R\$ 0,50
52	dispencer em aço inox com tubo acrílico redondo p/copo plástico de 180 ml, capacidade 100 copos.	GOLD	R\$ 9,05
53	dispencer em aço inox com tubo acrílico redondo p/copo plástico de 50 ml, capacidade 100 copos.	GOLD	R\$ 10,80
54	tesoura com lâmina em aço inoxidável e cabo plástico, três dedos, medindo 21 cm, na cor preta ou marinha.	DESART	R\$ 2,52
55	tinta p/carimbo sendo 10 (dez) na cor azul e 10 (dez) na cor preta frasco com 40 ml com a seguinte composição: resina, água, glicóis e corantes com químico responsável, validade de 24 meses impressa no frasco.	JAPAN	R\$ 0,92

1ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda

Endereço: Rua Pref. José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC

CEP 88.140-000

Fone/fax (48) 3245-2245

E-mail: elmopapelaria@ibest.com.br

CNPJ: 03.999.762/0001-31
2ª REGISTRADA: Livros Luiz Lunardelli Ltda

3ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material De Escritório
Suprimentos De Informática Ltda.

Lote 02

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
001	Adoçante Dietético Líquido, De Sacarina, Não Contendo Glúten, Frasco Com 100 MI	ADOCIL	R\$ 1,640
002	Chás Diversos (Maça Com Canela, Camomila, Erva-Doce, Chá Verde, Chá De Boldo, Erva Cidreira) Caixa Com Peso Aproximado De 30 G, Contendo 10 Saquinhos Embalados Individualmente, Com Marca, Procedência E Validade Impressas Na Embalagem Do Produto.	REAL	R\$ 1,130

1ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material De Escritório
Suprimentos De Informática Ltda.
Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial,
São José/SC
CEP 88.101-740.
Fone/fax (48) 3035-1100.

CEP 88.101-740.
Fone/fax (48) 3035-1100.
E-mail adm@mepas.com.br e gabriel@mepas.com.br
CNPJ: 04.281.477/0001-43
2ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda
3ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos p/ Informát. e Escri. e Representação Comercial Ltda.

Lote 03

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
001	Bateria 9v Alcalina, Formato Cilíndrico, Embalagem De Papelão Com Plástico De Proteção Com Duas Unidades.	PLEOMAX	R\$ 4,88
002	Pilhas Pequena Alcalina Lr6/1.5v - Aa, Formato Cilíndrico, Embalagem De Papelão Com Plástico De Proteção Com Duas Unidades.	PLEOMAX	R\$ 0,80
003	Pilhas Palito Alcalina Lr03/1.5v - Aaa, Formato Cilíndrico, Embalagem De Papelão Com Plástico De Proteção Com Duas Unidades.	PLEOMAX	R\$ 0,94
004	Pilhas Médias Alcalinas + C, Formato Cilíndrico, Embalagem De Papelão Com Plástico De Proteção Com Duas Unidades.	PLEOMAX	R\$ 2,65

1ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material De Escritório
Suprimentos De Informática Ltda.
Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial,
São José/SC
CEP 88.101-740.
Fone/fax (48) 3035-1100.

E-mail adm@mepas.com.br e gabriel@mepas.com.br
CNPJ: 04.281.477/0001-43
2ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda
3ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos p/ Informát. e Escri. e Representação Comercial Ltda.

Lote 04

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
001	Capas Plásticas Para Encadernação Espirais Cor Preta, Formato A4	MONDIANA	R\$ 0,100
002	Capas Plásticas Para Encadernação Espiral Transparente, Formato A4	MONDIANA	R\$ 0,160
003	Espiral Nº 07 Para Encadernação, Cor Preta Formato A4	LASSANE	R\$ 0,030
004	Espiral Nº 09 Para Encadernação, Cor Preta Formato A4	LASSANE	R\$ 0,040
005	Espiral Nº 12 Para Encadernação, Cor Preta Formato A4	LASSANE	R\$ 0,050

1ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material De Escritório
Suprimentos De Informática Ltda.
Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial,
São José/SC
CEP 88.101-740.

Fone/fax (48) 3035-1100.
E-mail adm@mepas.com.br e gabriel@mepas.com.br
CNPJ: 04.281.477/0001-43
2ª REGISTRADA: Papelaria Progresso Ltda.
3ª REGISTRADA: Livros Luiz Lunardelli Ltda.

Lote 05

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
01	cartucho de tinta preta p/ máquina risograph rp-s 3310 original, novo e de primeiro uso	RISOGRAPH	R\$ 114,00

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90040-371

Fone/fax (51) 3230-7200, 3230-7205 e (48) 3348-6656
E-mail: filialsc@milsul.com.br
CNPJ: 93.531.366/0001-78

Lote 06

ITEM	MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
01	Copo plástico para água 180ml, cor branca, caixa com 2.500 copos, conforme as normas da ABNT, com no mínimo de 1,98 gramas por unidade. Marca: Copozan	R\$ 36,70
02	Copo descartável para café 50ml, cor branca, caixa com 5.000 copos, conforme as normas da ABNT, massa mínima de 0,75 gramas por unidade. Marca: Copozan.	R\$ 26,00

1ª REGISTRADA: Gota D'água Comércio De Aguas E Papeis Ltda Epp
Endereço: Avenida Governador Adolfo Konder, nº. 867, Campinas, São José/SC
CEP 88.102-400
Fone/fax (48) 3241-0913 e 3241-1705
E-mail: aguaepapeis@bol.com.br

CNPJ sob o nº 02.432.910/0001-79
2ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos p/ Informát. e Escri. e Representação Comercial Ltda.
3ª REGISTRADA: Papelaria Progresso Ltda.

Lote 07

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	cd-r c/ capacidade de armazenamento 700mb/80 minutos, compatível c/ todos os aparelhos de reprodução e gravação de dados c/ capa individual em acrílico.	MULTILASER	R\$ 0,94
2	cd-rw regravável com capacidade de armazenamento 700 mb/80 min face não gravável fosca com capa individual em acrílico.	MULTILASER	R\$ 1,34
3	dvd-r (gravável) com capacidade de armazenamento 8x, 4,7gb, 120min, com capa individual em acrílico.	MULTILASER	R\$ 0,94
4	dvd-rw (regravável) com capacidade de armazenamento 8x, 4,7 gb, 120min, com capa individual em acrílico.	MULTILASER	R\$ 1,92

1ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda
Endereço: Rua Delmira Silveira, nº 575, Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP 88.025-500, Fone/fax (48) 3722-3306 e 3722-3310

E-mail: aly@aquimpel.com.br
CNPJ: 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: Multilaser Industrial Ltda.
3ª REGISTRADA: Suprimóveis Ltda

Lote 08

ITEM	MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
01	Etiqueta carta, duas colunas, Medindo 33,9 X 101,6mm, caixa com 100 folhas, cada folha 14 etiquetas. Marca: Politab.	R\$ 12,80
02	Etiqueta branca A4, medindo 197,0 X 99,0 caixa com 100 folhas com 3 etiquetas por folha. Marca: Politab.	R\$ 12,80
03	Etiqueta branca A4, medindo 143,4 X 199,9mm caixa com 100 folhas com 2 etiquetas por folha. Marca: Politab.	R\$ 12,80
04	Etiqueta auto-adesiva branca, medindo 100mm X 40mm, rolo com uma carreira. Marca: Politab.	R\$ 12,40

1ª REGISTRADA: Gota D'água Comércio De Aguas E Papeis Ltda Epp
Endereço: Avenida Governador Adolfo Konder, nº. 867, Campinas, São José/SC
CEP 88.102-400

Fone/fax (48) 3241-0913 e 3241-1705
E-mail: aguaepapeis@bol.com.br
CNPJ sob o nº 02.432.910/0001-79

2ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda
3ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda

Lote 09

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	envelope comercial branco 75 mg medindo 114 x 162 mm	ENVELOFIX	R\$ 0,02
2	envelope ofício branco 75mg medindo 114 x 229 mm	ENVELOFIX	R\$ 0,03
3	envelope saco pardo kraft ou ouro medindo 360 x 260 mm	ENVELOFIX	R\$ 0,05
4	envelope saco pardo kraft ou ouro medindo 250 x 170 mm	ENVELOFIX	R\$ 0,05

1ª REGISTRADA: LUNARDELLI SUPRIMENTOS LTDA
Endereço: Rua Vereador Batista Pereira, nº. 768, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.075-600, Fone/fax (48) 3028-2101 e 3028-2023
E-mail: heloisa@lunardelli.info

CNPJ: 85.288.173/0001-00
2ª REGISTRADA: Papelaria Progresso Ltda
3ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda

Lote 10

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	folhas de papel offset, cor branca, 120 gm ² formato a4	PRINTSET	R\$ 0,04
2	folhas de papel offset, cor branca, 120 gm ² formato a3	PRINTSET	R\$ 0,08
3	folhas de papel offset, cor branca, 180 gm ² formato a4	PRINTSET	R\$ 0,07
4	resma de papel p/ máquina fotocopiadora/impresora a laser e jato de tinta, off-set, na cor branca, formato a4, 75g/m ² , 210 x 297 mm, gramatura 75/80 g/m ² , com 500 folhas, acondicionada em caixa com 10 resmas.	RIPAX	R\$ 9,00
5	resma de papel formato a4 90g/m ² , 210x297mm, na cor branca, com 500 folhas, acondicionada em caixa com 10 resmas.	REPORT	R\$ 11,50
6	resma de papel formato a3, 75g/m ² , 297 x 420 mm, na cor branca, com 500 folhas, acondicionada em caixa com 10 resmas.	RIPAX	R\$ 17,95

1ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda
Endereço: Rua Delmira Silveira, nº 575, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP 88.025-500, Fone/fax (48) 3722-3306 e 3722-3310
E-mail: aly@aquimpel.com.br

CNPJ: 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda
3ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material De Escritório Suprimentos De Informática Ltda.

Lote 11

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	garrafa térmica s/ pressão, tampa de rosca, c/ bico, capacidade 1 litro	TERMOLAR	R\$ 13,10
2	garrafa termica com alça e tampa de pressao capacidade 1 litro	TERMOLAR	R\$ 29,80

1ª REGISTRADA: MF - MACHADO SOARES
Endereço: Rua Padre Navarro, nº 67, Glória, Porta Alegre/RS, CEP 90.660-180
Fone/fax (51) 3339-3131 e 3336-4853
E-mail: juliana@drp.com.br

CNPJ: 03.230.856/0001-41
2ª REGISTRADA: Livros Luiz Lunardelli Ltda
3ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda

Lote 12

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	grampo d2 p/ maquina copiadora canon 105 0250a002 [ad]	CANON	R\$ 77,00
2	grampo 1002c g1 p/ maquina copiadora canon 105 6788a001 [ac]	CANON	R\$ 206,00
3	grampo j1 502c p/ maquina copiadora canon 105 6707º001 [ac]	CANON	R\$ 120,00
4	grampo h1 503c p/ maquina copiadora canon 105 6790a001 [aa]	CANON	R\$ 179,00

1ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
Endereço: Rua Caetano José Ferreira, nº 370, Kobrasol, São José/SC, CEP 88.102-280, Fone/fax (48) 3343-2223
E-mail: homero@helioprint.com.br

CNPJ: 01.084.671/0001-40
2ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material Escritório Suprimentos De Informática Ltda.
3ª REGISTRADA: Elmo Papelaria Ltda

Lote 13

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
01	grampo p/ máquina copiadora konica 7255, ua 9507640	konica	R\$195,00

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90040-371

Fone/fax (51) 3230-7200, 3230-7205 e (48) 3348-6656
E-mail: filialsc@milsul.com.br
CNPJ: 93.531.366/0001-78
2ª REGISTRADA: Vantuta Prestação de Serviços Ltda

Lote 14

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	toner preto gpr-7 para copiadora canon ir105 6748.a003[aa] original	CANON	R\$ 184,00

1ª REGISTRADA: Aquimpel Suprimentos Informática E Escritório E Represent. Comercial Ltda
Endereço: Rua Delmira Silveira, nº 575, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP 88.025-500, Fone/fax (48) 3722-3306 e 3722-3310
E-mail: aly@aquimpel.com.br

CNPJ: 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: Livros Luiz Lunardelli Ltda
3ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material Escritório Suprimentos De Informática Ltda.

Lote 15

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	cartucho descartável, tipo lift-off p/máquina olivetti et 112-121Tamanho 7mm x 7m	OLIVETTI	R\$ 2,50
2	cartucho descartável, tipo lift-off p/máquina olivetti et 2000-2200, tamanho 8mm x 12,50m, capacidade 1.800 caracteres.	OLIVETTI	R\$ 11,00
3	cartucho descartável, tipo polietileno corrigível p/máquina olivetti et 112, tamanho 185m x 17mm capacidade 200.000 caracteres.	MASTER	R\$ 12,00
4	cartucho descartável, tipo polietileno corrigível p/máquina olivetti et 121, tamanho 250m x 8mm, capacidade 80.000 caracteres.	MASTER	R\$ 12,00
5	cartucho descartável, tipo polietileno corrigível p/máquina ibm 82c/196c preta, tamanho 16,5mm x 155m.	MASTER	R\$ 5,90
6	cartucho descartável, tipo polietileno corrigível p/máquina olivetti et 2000-2200	MASTER	R\$ 17,00
7	cartucho descartável, tipo polietileno corrigível p/máquina brother ax-10.	MASTER	R\$ 8,00

1ª REGISTRADA: **ELMO PAPELARIA LTDA**
Endereço: Rua Prof. José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP 88.140-000
Fone/fax (48) 3245-2245
E-mail: elmopapelaria@ibest.com.br

CNPJ: 03.999.762/0001-31
2ª REGISTRADA: Niehus Comércio e Representações Ltda
3ª REGISTRADA: Mepas Distribuidora Material Escritório Suprimentos De Informática Ltda

LOTE 16

ITEM	MATERIAL	MARCA	VALOR UNITARIO
1	fitas ribbon p/impressora zebra, modelo tlp-2742, medindo 110mmx91m	MASTERCORP	R\$ 9,00

1ª REGISTRADA: **ELMO PAPELARIA LTDA**
Endereço: Rua Prof. José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP 88.140-000
Fone/fax (48) 3245-2245
E-mail: elmopapelaria@ibest.com.br
CNPJ: 03.999.762/0001-31
Florianópolis, 12 de novembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC
*** X X X ***

EXTRATO 167/2008

REFERÊNCIA: 3ª PUBLICAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO CL Nº 009/2008
DATA REALIZAÇÃO CERTAME: 12 de maio de 2008
OBJETO: Fornecimento De Material De Expediente
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, até 12 de maio de 2009
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º 10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

Lote 17

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.
01	440	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D, REF: TN-560, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R\$ 93,90
02	70	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8840D, REF: TN-570, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R\$ 94,50
03	280	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D, REF: TN-580, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R\$ 119,00
04	10	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420, REF: TN-350, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 2.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R\$ 74,90

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com

CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Aquimpel Suprimentos para Informática e Escritório Repres. Com.Ltda.**
3ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**

Lote 20

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.
01	800	UNID	CILINDRO DR-510 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D E 8840D; MARCA PRINT-TEC	R\$ 45,00
02	232	UNID	CILINDRO DR-520 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D; MARCA PRINT-TEC	R\$ 45,00
03	14	UNID	CILINDRO DR-350 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420; MARCA PRINT-TEC	R\$ 45,00

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**
3ª REGISTRADA: **Escimate Com. Repres. Material Escri. E Informática Ltda.**
Florianópolis, 12 de novembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC
*** X X X ***

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente - AFASSIC, com sede no município de Içara.
Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.
Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:
I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
IV - balancete contábil.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente - AFASSIC, com sede no município de Içara.
Trata-se de entidade com fins não-econômicos, de caráter assistencial, social, esportivo, cultural, educacional e filantrópico, e tem por finalidade precípua prestar assistência social a todo e qualquer indivíduo que apresentar carência de atendimento na área da saúde, do trabalho, familiar, psicológico e moral, buscando a valorização do ser humano em sua dignidade e existência.
A referida entidade, ainda, promove atividades visando a prevenção, recuperação e reinserção social de dependentes químicos, bem como o apoio às famílias afetadas pelo problema.
Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente
Sessão de 19/11/08

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 386/08

Urussanga (SC), 22 de setembro de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Florianópolis - SANTA CATARINA
Senhor Presidente,

Encaminhamos, em anexo, os documentos necessários para a manutenção do título de utilidade pública estadual da Associação Comunitária do Rio Maior - ACRIMA, conforme Lei 14.182, de 01 de novembro de 2007.
Anexos: 4/14

CENILDA MARIA MAZZUCO - Presidente da ACRIMA

Lido no Expediente
Sessão de 19/11/08

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 355/08

Declara de utilidade pública a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente - AFASSIC, com sede no município de Içara.